

FUNDAÇÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO,
CONTABILIDADE E ECONOMIA - FUNDACE
MBA GESTÃO PÚBLICA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA - CODEVASF

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ESTUDO DE CASO DO
MUNICÍPIO DE URUÇUÍ - PI**

CARLOS HENRIQUE DA SILVA MARQUES
HUBERLANDY JOSÉ ALVES LOPES
LEONARDO DE FRIAS BARBOSA
LUCIANA MOTA COELHO
SILVIA RODRIGUES DE MOURA SANTOS

BRASÍLIA - DF

2006

CARLOS HENRIQUE DA SILVA MARQUES
HUBERLANDY JOSÉ ALVES LOPES
LEONARDO DE FRIAS BARBOSA
LUCIANA MOTA COELHO
SILVIA RODRIGUES DE MOURA SANTOS

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ESTUDO DE CASO DO
MUNICÍPIO DE URUÇUÍ - PI

Trabalho de conclusão de curso de
Especialização em Gestão Pública, pós-
graduação *lato sensu*, apresentado à Fundação
para Pesquisa e Desenvolvimento da
Administração, Contabilidade e Economia -
FUNDACE.

CARLOS HENRIQUE DA SILVA MARQUES
HUBERLANDY JOSÉ ALVES LOPES
LEONARDO DE FRIAS BARBOSA
LUCIANA MOTA COELHO
SILVIA RODRIGUES DE MOURA SANTOS

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ESTUDO DE CASO DO
MUNICÍPIO DE URUÇUÍ - PI

Trabalho de conclusão de curso de
Especialização em Gestão Pública, pós-
graduação *lato sensu*, apresentado à Fundação
para Pesquisa e Desenvolvimento da
Administração, Contabilidade e Economia -
FUNDACE.

Data da aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Cláudia Souza Passador -Presidente da Banca Examinadora
Prof. Dr. da FEA/RP/USP/FUNDACE - Orientadora

João Luiz Passador
Prof. Dr. da FEA/RP/USP/FUNDACE

André Lucirton Costa
Prof. Dr. da FEA/RP/USP/FUNDACE

Este trabalho é dedicado as nossas famílias, que nos deram apoio, incentivo, sempre nos dando estímulos, e por entenderem as nossas faltas e ausências. Em especial aos mascotes da turma: Isabela, Felipe, Júlia, Maurício e Pedro Henrique.

AGRADECIMENTOS

Sentimos-nos gratos a todos. Em caráter especial, nossos agradecimentos à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF – por sua política de estímulo à qualificação dos funcionários.

“Rir muito e com frequência;
ganhar o respeito de pessoas inteligentes
e o afeto das crianças;
merecer a consideração de críticos honestos e
suportar a traição dos falsos amigos;
apreciar a beleza, encontrar o melhor nos
outros;
deixar o mundo um pouco melhor,
seja por uma saudável criança,
um canteiro de jardim ou
uma redimida condição social;
saber que ao menos uma vida
respirou mais fácil porque você viveu.
Isto é ter sucesso...”

Ralph Waldo Emerson

RESUMO

Durante a década de 80, novos critérios de julgamento e avaliação do que poderia ser definido como desenvolvimento, passaram a vigorar e a se legitimar, tais como as noções de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, em relação ao conteúdo conceitual e ao normativo da noção de região.

A abordagem regional tornou-se insuficiente como instrumento para o planejamento das ações do Estado. O território emerge como um processo vinculado à globalização. A nova dinâmica econômica e produtiva depende de decisões administrativas que são tomadas e vinculadas em função do território.

O município de Uruçuí, localizado na região dos cerrados piauienses, ao sul da Bacia do Rio Parnaíba, tem como principal fator de crescimento a expansão da agricultura mecanizada de grãos, sob o modelo monocultor, tendo a cultura da soja como a mais importante na região, dentre outras como a produção de milho, de arroz e de gado de corte.

Diante do exposto, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo analisar o crescimento econômico do município de Uruçuí-PI, sob a ótica do desenvolvimento territorial, observando-se aspectos relacionados à formação de capital social, além de levar a efeito a problemática impulsionada por fatores capitalistas e por reflexos diretos da globalização, bem como quanto à melhoria da qualidade de vida e aos níveis de bem-estar da população local.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento Territorial; Crescimento Econômico; Uruçuí-PI.

ABSTRACT

During the eighties, new criterions of judgement and valuations of development has been approved and validated, such as the notions of environmental sustentability and life quality, in relation of the conceptual context and normative region notion.

The regional boarding become insufficient as tools for the planning of the State's actions. The territory become known as a linked process in globalization. The new economic and dynamic productive depends on administrative decisions about territory issues.

The Uruçui municipal district is localized on the piauense barren land region and at the south of Rio Parnaíba basin, grows mostly because of agriculture mechanized of grain expansion, under the monoculture model, have had the soy culture as the most important in the region, add to that the corn, rice and cattle production.

Therefore, this search project has as objective to analyze the economic increase of the Uruçui municipal district, under the territorial development point of view, observation of the related aspects of the formation of the social capital, not only to put in practice the problematic of capitalism factors and direct reflects of the globalization, but also in relation to the improvement of the life quality and the well fare of the local population.

Key words: Territorial Development, Economic Increase, Uruçuí-PI.

SUMÁRIO

Lista de Quadros.....	x
1. Introdução.....	1
2. Referencial Teórico.....	2
2.1 Desenvolvimento Territorial.....	2
2.2 Capital Social.....	18
2.3 Contextualizando a Área em Estudo.....	23
3. Objetivo.....	26
4. Metodologia.....	27
5 Análise de Dados.....	30
5.1 Aspectos Demográficos.....	30
5.2 Educação.....	32
5.3 Recursos Energéticos.....	37
5.4 Saúde.....	37
5.5 Domicílios.....	39
5.6 Serviços Básicos.....	40
5.7 Desenvolvimento Econômico e Social.....	42
5.8 Receitas Orçamentárias.....	47
5.9 Atividades Produtivas.....	48
5.9.1 Agricultura.....	49
5.9.2 Pecuária.....	54
5.9.3 Extrativismo Vegetal.....	55
5.10 Agroindústria.....	55
5.11 Estrutura Fundiária.....	56
5.12 Organizações da sociedade civil.....	57
5.13. Ocupação Produtiva e estabelecimento da Bunge no município de Uruçuí.....	58
6. Conclusões.....	63
7. Bibliografia.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Crescimento da População, por município do Aglomerado 22, nos anos de 1991 e 2000.....	30
Quadro 2. Taxa de urbanização do Aglomerado 22, nos anos de 1991 e 2000.....	31
Quadro 3. Mortalidade infantil, longevidade e fecundidade da população dos municípios do Aglomerado 22, nos anos de 1991 e 2000.....	31
Quadro 4. Percentual de analfabetos no Aglomerado 22, 1991 e 2000.....	32
Quadro 5. Percentual de pessoas que freqüentam o Ensino Médio e o Fundamental em relação à população no Aglomerado 22, 1991 e 2000.	33
Quadro 6. Média de anos de estudo e percentual de crianças de 7 a 14 anos e adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola no Aglomerado 22, 1991 e 2000.	35
Quadro 7. Percentual de crianças de 10 a 14 anos, do Aglomerado 22, que trabalham.....	36
Quadro 8. Recursos humanos por município do aglomerado 22.....	37
Quadro 9. Leitos existentes por município do Aglomerado 22, 2002.....	38
Quadro 10. Condição domiciliar, por município do Aglomerado 22, 1991 e 2000.	39
Quadro 11. Proporção de moradores por tipo de abastecimento de água, por município do Aglomerado 22, 1991 e 2000.	40
Quadro 12. Acesso a serviços básicos, por município do aglomerado 22, nos anos de 1991 e 2000.	41
Quadro 13. Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Aglomerado 22.	43
Quadro 14. Contribuição para o crescimento do IDH no município de Uruçuí - PI.....	44
Quadro 15. Renda <i>per capita</i> média por município do aglomerado 22.	45
Quadro 16. Renda, Pobreza e Desigualdade, por município do aglomerado 22, 1991 e 2000.....	46
Quadro 17. Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População, 1991 e 2000	46
Quadro 18. Intensidade de pobreza e proporção de pessoas com renda <i>per capita</i> inferior a R\$ 37,75 e R\$ 75,50 por municípios do Aglomerado 22.....	47
Quadro 19. Valores, em reais, referentes à origem da receita orçamentária dos municípios componentes do Aglomerado 22.	47
Quadro 20. Área plantada e produção das principais culturas permanentes nos municípios do Aglomerado 22.	50

Quadro 21. Área plantada e produção das principais culturas temporárias nos municípios do Aglomerado 22.	51
Quadro 22. Produção de soja em toneladas nos municípios da Bacia do rio Parnaíba, municípios do Piauí, nos anos de 1985, 1995 e 2003.....	52
Quadro 23. Evolução das culturas de arroz, milho e soja no município de Uruçuí.	53
Quadro 24. Efetivo de rebanhos bovino, suíno, avícola e ovinocaprino do aglomerado 22.	54
Quadro 25. Produção da atividade extrativista da carnaúba, coco babaçu e outros produtos de origem vegetal, agrupados em aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes no Aglomerado 22.	55
Quadro 26. Número de estabelecimentos agrícolas, por condição do produtor, segundo os municípios do Aglomerado 22 (1995 -1996).	56
Quadro 27. Organizações existentes nos municípios do Aglomerado 22.	57

LISTA DE SIGLAS

AG - Aglomerado

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

Cepisa - Centrais Elétricas do Piauí S.A.

Chesf - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

DT - Desenvolvimento Territorial

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EUA - Estados Unidos da América

FPM - Fundo de Participação do Município

Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial

ISS - Imposto Sobre Serviços

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

Ocepi - Organização das Cooperativas do Piauí

ONG - Organização Não Governamental

PAM - Pesquisa Agropecuária Municipal

PIB - Produto Interno Bruto

Planap - Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba

Pnud - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

UESPI- Universidade Estadual do Piauí

1. Introdução

O município de Uruçuí, localizado ao sul do estado do Piauí, desponta pelo crescimento da agricultura mecanizada de monoculturas, destacando-se por ser o maior produtor de soja do estado do Piauí, atraindo investimentos em diversas atividades econômicas.

Com base nessa afirmação, a pesquisa fará uso de indicadores de desenvolvimento e dados estatísticos do município de Uruçuí-PI, de forma a analisar se o crescimento agrícola da região se traduziu em desenvolvimento territorial, com a formação de capital social, buscando investigar se houve mudanças estruturais na melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos.

A escolha desse município decorre da disponibilidade de dados no Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba – Planap, projeto em desenvolvimento pela Codevasf, com cooperação de organismos internacionais e parcerias de entes federativos e estaduais, que visa subsidiar o poder público e a iniciativa privada na tomada de decisões quanto a investimentos na região.

O trabalho busca avaliar se o crescimento agricultura mecanizada foi capaz de estabelecer relações organizadas entre os atores, comerciais e não comerciais, que favoreçam não só a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados mas, também, pela existência de bens públicos e administrações capazes de dinamizar a vida regional, com a criação de uma rede territorial de desenvolvimento.

2. Referencial Teórico

Esta pesquisa fundamenta-se nas concepções teóricas sobre desenvolvimento territorial, cuja análise envolve a compreensão do tema capital social.

2.1 Desenvolvimento Territorial

O desenvolvimento territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas de intervenção. Busca a integração interna dos territórios rurais e destes com o restante da economia nacional, sua revitalização e reestruturação progressiva, assim como a adoção de novas funções e demandas (Guimarães, 2003, p. 13).

Para Guimarães o desenvolvimento harmônico se traduz em crescimento e geração de riquezas em função de dois propósitos: a coesão social, como expressão de sociedades nas quais prevaleça a equidade, o respeito à diversidade, à solidariedade, à justiça social, o sentimento de pertencimento e inclusão; e a coesão territorial como expressão de espaços, recursos, sociedades e instituições imersas em regiões, nações ou espaços supranacionais, que os definem como entidades cultural, política e socialmente integradas.

“O enfoque territorial do desenvolvimento constitui-se, embora não necessariamente, numa abordagem impregnada de possibilidades desafiadoras para a construção de um desenvolvimento humano e sustentável” (Favero, 2004, p. 1).

Segundo Sérgio Shneider (2004, p.99):

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Mas não se trata apenas do entendimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo. No Brasil, a abordagem territorial vem ganhando rápido interesse, especialmente no âmbito dos planejadores e formuladores de políticas públicas, haja vista a criação de uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA), e uma significativa simpatia de outros órgãos governamentais em torno das potencialidades normativas do novo aporte.

Um de seus objetivos é contribuir efetivamente para o desenvolvimento harmônico de regiões onde predominem agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário, colaborando para a ampliação das capacidades humanas, institucionais e da autogestão dos territórios. É meta da SDT apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implantação e integração de políticas públicas. Os próprios habitantes dos territórios rurais devem definir e gerir a execução dos projetos (Portal do Desenvolvimento Agrário <<http://www.mda.gov.br>>).

Por isso mesmo, a abordagem territorial pressupõe a ampliação da capacidade de mobilização e organização dos movimentos sociais e da sociedade civil para que, reunidos com representantes do Estado, entendam, planejem e promovam o desenvolvimento rural sustentável.

Shneider (2004, p. 100) refere-se aos processos que ocasionaram a emergência da abordagem territorial como tentativa de síntese para as discussões sobre desenvolvimento rural. Em primeiro lugar, o esgotamento teórico e prático da abordagem regional, que torna evidente os limites da noção de região como unidade de referência para se pensar as ações e políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento rural.

Além disso, o autor aponta o desgaste da noção de região e, mais precisamente, de desenvolvimento ou planejamento regional, que se inicia com a crise da capacidade de intervenção macroeconômica e macrossocial do Estado, que ocorre a partir de meados da década de 1970 e se agrava na década seguinte.

Faz referência ao conceito de região na geografia clássica relacionado às qualidades de relevo, clima, geologia, localização, entre outros, que caracterizavam determinados espaços habitados e utilizados com finalidades econômicas por uma determinada população. Aos poucos, essa noção de região tornou-se, ao mesmo tempo, um instrumento analítico para descrever as características naturais dos espaços, permitindo sua classificação e tipificação, e uma ferramenta com finalidades normativas, pois, mediante o conhecimento das características geográficas de um espaço determinado, tornou-se possível estimar, medir e comparar a eficiência econômica com que os homens faziam uso dos

recursos nele disponíveis, podendo-se tomar como exemplo a atividade agropecuária. (Shneider, 2004, p.100).

Shneider (2004, p. 101) descreve:

Assim, tornou-se possível medir a geração de riqueza segundo regiões distintas (micro, meso e macro passaram a ser as escalas regionais mais utilizadas) de países e continentes, calcular seu tamanho e comparar, ao longo do tempo, a evolução de seu crescimento. Portanto, regiões desenvolvidas passaram a ser aquelas que apresentavam indicadores favoráveis de crescimento como os demográficos, educacionais e, sobretudo, econômicos (medidos pelo Produto Interno Bruto (PIB), renda per capita, etc.). E foi por este viés que se orientaram as ações de planejamento e atuação do Estado, via políticas públicas, visando estimular o crescimento nas diferentes regiões, privilegiando especialmente as áreas urbanas pela simples razão de que, nestas, as respostas dos agentes econômicos aos estímulos externos eram mais favoráveis e se traduziam mais rapidamente em incremento nas taxas de crescimento. Em síntese, pode-se dizer que a visão urbana e industrial do desenvolvimento assenta-se numa concepção analítica e operacional que toma a noção de região como unidade de referência.

Entretanto, segundo esse autor, a partir de meados da década de 70, e mais especialmente, durante a década de 80, quando novos critérios de julgamento e avaliação do que poderia ser definido como desenvolvimento, tais como as noções de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, passaram a vigorar e a se legitimar, há mudanças significativas em relação ao conteúdo conceitual e normativo da noção de região.

Ressalta Shneider que a abordagem regional perde o seu poder explicativo enquanto referência teórica e conceitual e tornou-se insuficiente como instrumento para o planejamento normativo das ações práticas do Estado e dos agentes políticos:

O território emerge como um processo vinculado à globalização, sobretudo porque a nova dinâmica econômica e produtiva depende de decisões e iniciativas que são tomadas e vinculadas em função do território. Mais ainda, o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado, entendido como instituição jurídico-social, às fortes críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo

para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência, etc. (Shneider, 2004, p.102).

Ganham destaque as iniciativas como a descentralização das políticas públicas; a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente Organizações Não Governamentais (ONG) e os próprios beneficiários; a redefinição do papel das instituições; e cresce a importância das esferas infranacionais do poder público, notadamente as prefeituras locais e os atores da sociedade civil.

E para tornar efetivas as relações do Estado central com esses organismos locais, tornou-se necessário forjar uma nova unidade de referência, que passou a ser território, e conseqüentemente, as ações de intervenção decorrentes deste deslocamento passaram a se denominar desenvolvimento territorial.

Shneider destaca como outro fator importante para a emergência da abordagem territorial o questionamento crescente da dinâmica setorial de ramos da atividade econômica que passaram a se desenvolver muito mais a partir de uma lógica de escopo do que de escala e faz referência às revisões sobre a origem da abordagem territorial que destacam o papel das transformações econômicas e o aparecimento de perspectivas de análise destes processos relacionados ao enfoque de desenvolvimento endógeno ou territorial. (Barquero, 2001; Schejtman e Berdegué, 2003, apud Shneider, 2004, p. 103).

Esses autores apresentam o entendimento de como a abordagem territorial foi apropriada e introduzida nas análises sobre o desenvolvimento econômico. Para Vasquez Barquero são duas vertentes do pensamento econômico que hoje formam a base do que ele denomina de paradigma do desenvolvimento territorial endógeno. De um lado, alguns herdeiros da perspectiva neoclássica buscavam uma maneira de incorporar a noção de espaço ao desenvolvimento econômico e explicar o papel das externalidades (inovação tecnológica, papel das instituições, educação, etc.) para compreender as razões que levam à evolução ou ao atraso das regiões. A outra vertente, mais empírica, surge a partir dos trabalhos de cientistas sociais italianos, sobretudo economistas, preocupados em compreender as especificidades da industrialização da região da Terceira Itália, localizada no centro-sul do país (Emilia-Romagna, Toscana, etc.). Essa vertente ganhou projeção a partir da formulação da tese de Piore e Sabel (1984), que indicaram que o processo italiano sinalizava a emergência de um novo modelo de organização dos processos produtivos industriais, denominado de

especialização flexível, que representaria um avanço em relação ao fordismo. (Shneider, 2004, p. 104).

Na década de 80, os estudos sobre a industrialização difusa na Itália ganharam excepcional projeção internacional, levando à retomada da idéia de distritos industriais, agora sob o enfoque das economias locais de proximidade (clusters) e do papel dos territórios.

Dessa forma, “os territórios passam a ser agentes de transformação social e não um mero suporte de recursos físicos para objetos, atividades e processos econômicos.” (Barquero, 2001, apud Shneider, 2004, p.104).

Por outro lado, Schejtman e Berdegué definem em seu trabalho (2003, apud Shneider, 2004, p.105) :

O desenvolvimento territorial rural é definido como um processo de transformação produtiva e institucional em um espaço rural determinado, com a finalidade de reduzir a pobreza rural. Segundo esses autores, para se tratar o desenvolvimento rural na perspectiva territorial é necessário levar em consideração sete elementos. Primeiro, é num ambiente cada vez mais competitivo que se dão as chances de sobrevivência das unidades de produção. Segundo, a inovação tecnológica continua a ser uma variável-chave para elevar a produtividade da mão-de-obra e as rendas da população rural. Terceiro, a competitividade é um fenômeno sistêmico e depende dos ambientes e dos territórios. Quarto, a demanda externa exerce um apelo decisivo sobre as transformações produtivas locais e territoriais. Quinto, os vínculos rural-urbanos são fundamentais ao desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas em um território. Sexto, o institucional tem importância fundamental para o desenvolvimento dos territórios. Sétimo, o território não é um espaço físico objetivamente existente, mas uma construção social, isto é, um conjunto de relações sociais que se originam e se expressam em uma identidade e em um sentimento de pertencimento compartilhado por agentes públicos e privados.

No conceito de José Eli da Veiga (1999, p.4):

[...]são bem diversas as combinações entre os vários tipos de atividades econômica que permitem elevar os níveis de renda, educação e saúde de muitas populações que continuam rurais. As novas fontes de crescimento das áreas rurais estão principalmente ligadas a peculiaridades dos patrimônios natural e cultural, o que só reafirma o contraste entre os contextos ambientais do campo e da cidade. Enfim, a visão de uma inelutável marcha para a urbanização como única via de

desenvolvimento do campo só pode ser considerada plausível por quem desconhece a imensa diversidade que caracteriza as relações entre espaços rurais e urbanos dos países que mais se desenvolveram. Não faz sentido, portanto, amalgamar desenvolvimento e urbanização, como propõem sem rodeios os que dizem ser impossível que uma área rural se desenvolva sem que se torne automaticamente não-rural.

“Na prática, as desigualdades internas às regiões rurais de um mesmo país podem ser muito mais significativas que as referentes ao contraste rural/urbano” (VEIGA, 1999, p.5).

Abramovay (2000, p. 2) enfoca a importância que é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores, isso supõe uma relação social direta entre os atores, e é nesse sentido que convergem, em torno do desenvolvimento rural, segundo Abramovay, duas correntes intelectuais: por um lado a que vem enfatizando a dimensão territorial do desenvolvimento e que insiste na idéia de que a competitividade é um atributo do ambiente, antes mesmo de ser um trunfo de cada firma, e, por outro lado, a que enfatiza a noção de capital social, como um conjunto de recursos capazes de promover a melhor utilização dos ativos econômicos pelos indivíduos e pelas empresas.

“A convergência entre essas duas correntes de idéias permite que se ampliem os horizontes de reflexão sobre o meio rural, que não pode ser confundido com a base geográfica de um certo setor econômico, nem considerado como o resíduo daquilo que não pertence às cidades (Abramovay, 2000, p. 1)”.

Dessa forma, Ricardo Abramovay (2000, p. 6-7) ressalta que a dimensão territorial do desenvolvimento vem despertando cada vez mais interesse dos cientistas sociais, citando a criação pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1994, de um “Serviço de Desenvolvimento Territorial” cujo o primeiro trabalho constitui numa delimitação das fronteiras entre rural e urbano e na elaboração de indicadores que permitam compreender as disparidades entre diferentes situações territoriais (OCDE, 1994, apud ABRAMOVAY, 2000) – o Serviço de Desenvolvimento Territorial (SDT) agrupava quatro divisões: os grupos especializados em questões urbanas, desenvolvimento rural e desenvolvimento regional, mais o programa de ação e cooperação sobre iniciativas

locais de criação de emprego (VEIGA, 2002, p. 15). De acordo ainda com VEIGA (2002, p.15):

[...] a união destes quatro grupos tem três justificativas: as zonas urbanas, intermediárias e rurais são cada vez mais interdependentes, pois “os problemas de uma delas também interferem nas outras”; “os fatores espaciais são elementos importantes na real organização da atividade econômica, mas continuam fora do escopo das atuais macrorreferências”; e “o desenvolvimento mais equilibrado do tecido econômico está no centro dos trabalhos das equipes que tratam de assuntos urbanos, locais, rurais e regionais.

Afirma o autor que a idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (Abramovay, 2000, p. 7).

Para Favero (2004, p.8) “territórios são, essencialmente, resultado de formas específicas de interação social, que implicam em cooperação e conflito, ou da capacidade dos indivíduos, empresas e organizações locais, de promover vínculos dinâmicos, capazes de valorizar os sistemas naturais herdados, os objetos técnicos e culturais historicamente construídos e, também, as tramas sociais e políticas.”

A contribuição de Abramovay sobre território (2003, apud Shneider, 2004, p. 108):

Territórios podem ser definidos como lugares de interação entre sociedades humanas e ecossistemas. O território é a maneira como uma determinada sociedade se organiza em sua relação com a natureza. Esta organização supõe formas de coordenação ente organizações sociais, atores econômicos e representantes políticos necessariamente específicas com uma história própria de cada lugar, ela convida a reflexão sobre o desenvolvimento a voltar-se a um conjunto variado de protagonistas e a superar assim um âmbito estritamente setorial. A diversificação das economias rurais é, portanto, o resultado mais importante do desenvolvimento territorial em áreas não densamente povoadas. Além disso, a noção de território, no meio rural, chama a atenção ao fato de que o processo de desenvolvimento depende

fundamentalmente da maneira como cada localidade vai relacionar-se com os ecossistemas em que vive.

Guimarães (2003, p. 20) define território como um espaço físico, geograficamente, definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Segundo Abramovay (2003, p.3), territórios não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais.

Segundo o autor os territórios são os novos desafios para o planejamento e ressalta que em torno dos territórios existem certos modelos mentais partilhados e comportamentos que formam uma referência social cognitiva materializada numa certa forma de falar, em episódios históricos e num sentimento de origem e de trajetórias comuns.

Além disso, ele afirma que os territórios não são apenas o receptáculo geográfico neutro onde empresas, coletividades e indivíduos atuam: cada vez mais, eles vão-se tornando verdadeiros atores, em virtude da interação que promovem entre os conhecimentos das empresas, dos representantes eleitos, do setor associativo local e dos próprios órgãos do Estado.

Nesse contexto, ele argumenta que a política territorial não consiste mais em redistribuir recursos e riquezas já criadas e existentes, mas ao contrário, em despertar os potenciais para a criação de riquezas, iniciativas e coordenações novas.

Quanto às instituições do desenvolvimento territorial, ele aponta que as organizações públicas voltadas ao desenvolvimento regional são historicamente marcadas pela centralização das iniciativas e pela falta de articulação real com as experiências vividas pelos atores locais e que, dessa forma, o comportamento da Administração Pública sinaliza

aos atores privados uma conduta adequada a esta atuação do Estado e inibe o surgimento de iniciativas inovadoras e que reflitam a construção de processos inéditos de aprendizagem localizada.

Igualmente, ele afirma que as agências públicas organizam-se para distribuir recursos e conceder isenções e, dessa forma, os atores privados e as organizações locais voltam-se evidentemente à obtenção desses recursos (Abramovay, 2003, p.8):

Se é verdade que as instituições consistem em regras, normas, valores e expectativas dos atores sociais uns com relação aos outros, o ambiente institucional das regiões mais pobres do País conduz a que os atores locais esperem do Estado um conjunto de bens e de serviços de que ele cada vez menos dispõe e cujo atendimento parcial nem de longe resolve os problemas a que se destinam.

Ressalta a noção de território como nova dimensão à própria idéia de planejamento: não se trata mais de decidir para onde vão os recursos já existentes e sim de criar recursos por meio de organizações que sejam significativas para os atores locais.

Acrescenta Abramovay (2001) o conceito de ruralidade como de natureza territorial e não setorial, que não pode ser encarada como etapa do desenvolvimento social a ser vencida pelo avanço do progresso e da urbanização. Argumenta o autor que a ruralidade será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas.

Segundo Abramovay, “vem da Itália o programa de pesquisa mais influente com relação à dimensão territorial do desenvolvimento - que discutem a competitividade das empresas e os processos de inovação à luz de conceitos como ‘redes’, ‘meios inovadores’ e ‘efeitos de proximidades’” (Pecqueur, 1995:2, apud Abramovay, 2000, p. 7). O autor ressalta ainda que:

Os mercados - o mesmo se aplica a territórios - não são entidades dadas de uma vez por todas por qualquer tipo de mão mágica ou de dotação natural. Eles são o resultado de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente de construir.

Segundo Abramovay (2000, p. 7), as experiências de desenvolvimento se caracterizam por três traços básicos: 1) existência, num certo território, de um conjunto

diversificado - mas ao mesmo tempo com um forte grau de interação - de empresas de porte familiar, isto é, onde a gestão, a propriedade e o essencial do trabalho vêm da família; 2) Ambiente de inovações e de troca de informações entre indivíduos e empresas, onde a colaboração é, no mínimo, tão importante quanto a própria concorrência; 3) Integração entre empresas e indivíduos urbanos e rurais: na Itália em particular a tradição de agricultura familiar formou uma base de conhecimentos e de iniciativas fundamental para a formação de um espírito empresarial que explica a modalidade de industrialização hoje marcante em quase 40% do território italiano e que atinge várias outras regiões do mundo.

Ele ainda complementa que o importante é que um ambiente de cooperação entre empresas - no sentido da troca de informações, da preocupação comum com a formação dos trabalhadores, com a implantação dos serviços indispensáveis ao seu funcionamento e com a qualidade de vida numa certa região - é uma das bases essenciais para o processo de desenvolvimento.

Segundo Abramovay (2000, p.10) a distância entre as situações em que as forças organizadas de certo território constroem processos de coordenação e o que ocorre na esmagadora maioria dos municípios brasileiros é tão grande que fornece a impressão de que somente em condições muito excepcionais este tipo de ação coletiva tem chances de sucesso. Foram descritos como principais obstáculos: falta de confiança dos agricultores na própria capacidade; dependência dos membros da Comissão com relação ao prefeito; sentimento do prefeito de que a comissão é um adversário ao seu próprio poder; ingerência político-partidária na vida das Comissões; falta de preparo dos próprios técnicos; baixa participação da sociedade civil local nas Comissões; baixa informação de seus membros; participação exclusivamente dos homens, com exclusão das mulheres e dos jovens.

Abramovay (2000, p.9) relata que ninguém possui a receita para a superação destes limites. Mas o pressuposto básico para a mudança desta situação está num mínimo de consenso em torno de um projeto de desenvolvimento que Casarotto Filho e Pires chamam com razão de “pacto territorial” e que deve responder a cinco requisitos (Casarotto Filho e Pires, 1998:100, apud Abramovay, 2000, p. 9-10):

- a) Mobilizar os atores em torno de uma “idéia guia”;
- b) Contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto;

- c) Definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território;
- d) Realizar o projeto em um tempo definido;
- e) Criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade (sempre conflituosa, é claro) entre os protagonistas do pacto territorial.

Ele deixa claro que a ausência de estudos sistemáticos que avaliem e procurem estabelecer certas tipologias sobre o alcance e os limites da atuação das organizações de desenvolvimento rural é um sério obstáculo para o avanço da reflexão a respeito. Ainda assim, segundo ele, convém avançar algumas hipóteses sobre como superar as principais dificuldades:

A. Mudança do ambiente educacional existente no meio rural

É um dos mais importantes desafios que se tem pela frente, para se levar adiante um pacto de desenvolvimento territorial, segundo Abramovay (2000, p. 10).

A educação é um elemento decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem: na agricultura familiar, entretanto, a regra, constatada em inúmeros estudos da América Latina, é que fica no campo o filho ao qual *“la cabeza no le dá para más”* (Durston, 1996, apud Abramovay et al., 2001, p. 4).

Segundo Abramovay, Silvestro, Mello, Dorigon e Baldissera a geração que hoje pode mais candidatar-se à direção dos trabalhos agropecuários - os filhos que permanecem nas propriedades paternas e que já saíram da escola - tem formação educacional tão precária que confirma a asserção segundo a qual ou se estuda, ou se fica no campo. Eles ainda enfatizam que é preocupante e que parece haver uma associação forte entre a escolha profissional em torno da agricultura familiar e um nível de educação especialmente precário por parte dos que encaram como desejado esse futuro (2001, p. 4). Assim, eles concluem que se forma um perfeito círculo vicioso entre a escassez de oportunidades e a precariedade dos talentos para explorá-las, que *“a consciência de que a dotação de conhecimento com que contam os jovens hoje, do meio rural, é insuficiente para os desafios de gerar renda numa unidade produtiva rural”*, e que o nível de escolaridade baixo compromete o próprio exercício da cidadania, uma vez

que eles não conseguem sequer ter acesso aos direitos legalmente constituídos, como por exemplo, a obtenção da condição de agricultor através do “bloco do produtor” (Abramovay, et al., 2001, p. 9)”.

De acordo com Abramovay (2000, p. 11) “um dos pressupostos básicos que a literatura sobre inovação e territórios coloca em destaque é a dinâmica de aprendizagem, de valorização das práticas produtivas e da cultura técnica locais”. É por isso que não se trata apenas de melhorar a escola rural ou de ampliar a realização de cursos profissionais, mas de modificar o conjunto do ambiente que se refere à aquisição e ao uso do conhecimento no meio rural.

O desenvolvimento territorial deve se apoiar na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma certa região

“Exatamente por não estarem dotados das prerrogativas necessárias ao desenvolvimento (da educação, da formação, do crédito, da informação), os agricultores não são encarados pelo restante da sociedade local como potenciais protagonistas de um pacto territorial.” (Abramovay, 2000, p. 11).

Segundo ele é esta situação que tem que se modificar, o quadro só mudará caso haja uma ação voluntarista de coordenação e criação de um clima de confiança entre os atores locais dos quais, em muitas regiões do interior, os agricultores são a maioria. Esta articulação pode ser feita em torno de idéias à primeira vista muito simples, mas cuja realização prática supõe uma densa rede de relações locais.

“O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf - tenta colocar em prática uma das principais lições da experiência internacional de desenvolvimento agrícola: que o potencial econômico dos agricultores familiares é muito maior do que se imagina (VEIGA, 2002)”.

Como bem mostra Storper, a afirmação de alguns produtos supõe uma coordenação fora do mercado que não são simples máscaras ou formas disfarçadas de funcionamento dos mecanismos de preços: produtos personalizados, artesanais ou “dependentes de uma informação rara ou não codificada” (Storper, 1996:122, apud Abramovay, 2000, p.12) supõem uma regulação entre comprador e vendedor, laços de confiança que dependem não

só de um quadro institucional de garantia, mas até, muitas vezes, algum tipo de relação personalizada. (Abramovay, 2000, p. 12).

B. município é uma unidade administrativa pouco adequada, na maioria das vezes, para gerir a rede de relações necessária ao desenvolvimento territorial.

Segundo Abramovay (2000, p. 12) esta esfera política e administrativa é duplamente insuficiente, por um lado pelo fato da reprodução do poder político do prefeito está baseada em relações de natureza clientelista, e a manutenção dos esquemas convencionais de clientela, favorecimento e retribuição por meio de votos é um dos principais obstáculos à elaboração e execução de qualquer tipo de projeto de desenvolvimento; por outro lado, as forças capazes de produzir uma interação dinâmica entre diferentes setores de um território não se confinam aos limites de um município.

“Esta ação extra-municipal é um dos trunfos a que podem recorrer as organizações e os técnicos cuja ação local fica bloqueada por uma liderança política convencional e que não tem interesse em ampliar o raio de relações sociais de sua clientela (Abramovay, 2000, p. 12)

C. Organização de iniciativas que comecem a materializar a existência desta dinâmica territorial

Feiras de produtores e seminários – aptidões locais que podem se converter na base para a formação de novos laços de confiança e cooperação entre setores econômicos. De acordo com Abramovay (2000, p.13) “Este tipo de iniciativa tem a vocação de propiciar o surgimento de uma realidade intermediária entre o Estado e o município, capaz de articular as ações necessárias à formação e ao desenvolvimento de uma rede territorial.”

D. Criação de novos mercados que ponham em destaque capacidades regionais “territorializadas”

“O importante é que os conhecimentos de um corpo social localizado territorialmente possam exprimir-se em marcas capazes de oferecer garantia aos consumidores e elevar a renda dos produtores que investiram neste tipo de organização coletiva. O papel dos extensionistas, dos movimentos sociais e das

associações profissionais neste sentido pode ser crucial” (Abramovay, 2000, p. 13).

Conforme José Eli da Veiga (2002, p.36) preconiza:

Redescobrir o território é essencial para os formuladores de políticas governamentais, visto que “todavia o que interessa não é comparar a participação demográfica dos espaços mais urbanos, mais rurais ou intermediários. O que importa é entender que o futuro dessas populações dependerá cada vez mais de articulações intermunicipais capazes de diagnosticar as vocações do território que compartilham, formular um plano de desenvolvimento microrregional, e viabilizar seu financiamento com o imprescindível apoio das esferas governamentais superiores.” Assim, será possível, portanto, desenvolver um programa de desenvolvimento territorial sustentável através da discussão dos temas de recomposição dos territórios, sistemas produtivos locais e meio ambiente.

E. As faculdades e Universidades podem exercer um papel decisivo na formação de redes territoriais de desenvolvimento

Contribuindo no estudo das dinâmicas organizativas locais e colaborando com entidades profissionais e de classe na formação de “incubadoras” de empresas, no oferecimento de assessorias a balcões de projetos, na difusão – juntamente com a extensão rural – das informações sobre linhas de crédito acessíveis a cada caso.

F. O pressuposto intelectual básico para a formação de redes territoriais densas e diversificadas é que se construa uma nova visão – inclusive sob o ângulo estatístico – do que significa o meio rural

José Eli da Veiga aponta para a característica do Brasil (2002, p.31) ser menos urbano do que se calcula. Isto porque, “o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar, que é única no mundo. Este país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características”.

Segundo Abramovay (2000, p. 16), “por este fato não se consegue sequer formular a questão fundamental – para a pesquisa e para as políticas públicas – a respeito das situações que permitem em alguns casos dinamismo e em outros

estagnação às regiões rurais. O essencial é formular procedimentos estatísticos que não separem as cidades das regiões rurais em que estão inseridas, ou seja, que permitam uma visão territorial sobre o processo de desenvolvimento.”

Abramovay (2000, p. 17) conclui que quando o meio rural é encarado, não como a simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados, e ainda, que:

[...] construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica. O próprio crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas os protagonistas centrais da construção dos novos territórios.

Veiga (2004, p.6) afirma que:

O uso cada vez mais freqüente da noção “DT: desenvolvimento territorial” (ou “espacial”, como prefere a Comissão Européia), tende a substituir a tradicional expressão “desenvolvimento regional”, pois permite uma referência simultânea ao desenvolvimento local, regional, nacional, e até continental (no caso da Europa). Mas essa retórica do “DT” também deve muito à evolução paralela dos debates da “economia industrial”, da “economia rural” e da “economia regional e urbana”. Nos últimos quinze anos houve nessas três disciplinas uma forte valorização da escala “local”, logo seguida (ou acompanhada) da necessidade óbvia e imperiosa de não isolá-la das escalas superiores que vão até a “global”. A retórica do “DT” é certamente melhor que a do “desenvolvimento local” [...] (VEIGA, 2004, p. 6).

“O livro A Questão Agrária que reúne ensaios de Caio Prado Júnior foi relançado em 2000, 40 anos depois de sua primeira publicação, e continua atual, pois a situação da terra no Brasil pouco mudou: ainda prevalece a pobreza rural. ‘(...) é sua conclusão de que somente uma política que efetivamente reduza a concentração da propriedade agrária pode alterar tão odioso panorama.’” (VEIGA, 2002).

A reforma agrária, segundo Veiga, deveria estimular a agricultura familiar, visto que esta traz várias vantagens para os municípios. “Quem tem saúde, educação e renda tem oportunidade e capacidade de ser bem-sucedido e conseguir todos esses outros itens que genericamente consideram qualidade de vida” (José Carlos Líbano, um dos coordenadores do Pnud, apud VEIGA, 2002).

Nos Estados Unidos da América (EUA), a comparação entre comunidades agrícolas com predomínio da forma de organização patronal familiar, segundo Anne Buttimer, apontou que a típica localidade da forma familiar apresenta melhores condições e qualidade de vida (educação, comunicação, habitação, etc.). Estes dados enfatizam a forte correlação existente entre o predomínio da agricultura familiar e a vitalidade social, turbina para o processo de desenvolvimento (VEIGA, 2002)

No entendimento de Veiga (2002, p. 6), não é apenas a necessidade de combater a pobreza rural que legitima as ações que redistribuem riqueza e renda, como o programa de assentamentos e o Pronaf. O que é importante perceber é que a ampliação e o aprofundamento dessas políticas serão cruciais para que a economia brasileira possa ter rápida modernização sem que isso traga ainda mais desempenho urbano”.

Segundo ele mesmo ainda preconiza, o trunfo de desenvolvimento no âmbito rural é a diversificação das economias regionais pela agricultura familiar. “A economia familiar costuma ser muito diversificada. E o mesmo dilema entre diversificação e especialização, que tanto marcou a evolução industrial, também manifesta no âmbito territorial. Nos dois casos, a maior eficiência no uso dos recursos resulta da exploração inteligente do trio formado pelas economias de escopo e pelos custos de transação”(VEIGA, 2002, p. 9).

Veiga (2002, p.10) afirma que esta diversificação cria um dinamismo nos municípios essencialmente ou significativamente rurais ocasionado pelos empreendimentos familiares que refletem a simbiose entre atividades do setor primário e de diversos ramos industriais e terciários.

“A expansão produtiva gera pelo menos duas vezes mais empregos nas indústrias agroalimentares e de calçados, do que em indústrias automobilísticas ou de equipamentos eletrônicos. Melhor: ela gera três vezes mais empregos na agropecuária e quatro vezes mais no ramo de artigos do vestuário”(Sheila Najberg e Marcelo Ikeda, no

âmbito do Projeto Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)/ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), apud VEIGA, 2002, p. 10).

Portanto, não há mais motivos para desprezar o potencial de dinamismo da economia rural: o desenvolvimento do Brasil rural é “mais conveniente e oportuno do que a desordenada expansão de sua já caótica rede urbana” (VEIGA, 2002, p.10).

Conforme enfatiza José Eli da Veiga, no seu livro “Cidades Imaginárias” (VEIGA, 2002, p.12):

[...] sabe-se que “para cada pobre metropolitano há um outro que ainda vive no meio rural e mais de um que reside em cidades de regiões pouco urbanizadas. Isso quer dizer que a pressuposta contradição entre avanço tecnológico e nível de emprego só será mesmo fatal se o Brasil continuar carente de uma estratégia de desenvolvimento territorial que amplie as oportunidades de geração de renda nas regiões relativamente rurais (...)”, o que exigiria um forte investimento em economia familiar.

Ele ainda ressalta “ausência de uma importante variável entre as que orientam os três cenários: a da desigualdade, medida pela distribuição de renda e de riqueza”, ou seja, deve-se sempre considerar a influência que a distribuição de renda exerce sobre o crescimento econômico.

“Entretanto, apenas uma economia baseada na agricultura familiar não é suficiente. É preciso também que as regiões possuam ‘um mínimo de condições favoráveis em termos de comunicações e de serviços e, sobretudo, de condições que estimulam o empreendedorismo’, que podem culminar na formação de clusters. A relação entre clusters e empreendedorismo ‘acabam por enfatizar os fatores culturais que às vezes são compactados na sedutora noção de ‘capital social’” (VEIGA, 2002, p. 15).

2.2. Capital Social

As idéias e teorias tentando relacionar e discutir os efeitos da interação social no ambiente econômico sempre permearam a literatura econômica. As considerações teóricas contemporâneas a este respeito datam do início dos anos 1920, muito embora reflitam preocupações de cunho notadamente sociológico e político. O interesse científico econômico sobre o tema capital social é decorrente da difusão dos trabalhos de James Coleman e Robert

Putnam que passaram a utilizar a expressão “capital social” para caracterizar um conjunto específico de relações interpessoais que condicionam ou determinam o comportamento econômico. O termo capital social vem tendo diferentes significados, de acordo com a interpretação dos diferentes atores que o estudam. Os benefícios das associações de indivíduos teriam externalidades não somente sociais, como também econômicas. (PAVARINA, 2004)

OLSON (1982, apud PAVARINA, 2004, p.18) apresenta como idéia central de seu trabalho que as eventuais disparidades entre as taxas de crescimento de diferentes países podem relacionar-se com a presença de coalizões distributivas no país, ou seja, na possibilidade de partição da riqueza entre diferentes grupos, os sindicatos e outros grupos monopolistas. Como aponta o autor, países como França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Japão tiveram crescimento notável após a II Guerra Mundial, pois conseguiram romper o ciclo de manutenção de poder desses grandes grupos. Contrariamente, na Grã-Bretanha as condições para formação e manutenção destes grupos foram mantidas, consolidando o status quo contrário a eventuais mudanças que poderiam significar aumento no crescimento econômico.

Sem valer-se do termo "capital social", Olson destaca: papel das organizações voluntárias entre os indivíduos, chamadas de grupos inclusivos (inclusive groups). Tais grupos atuam fora do contexto de mercado ou das trocas econômicas; desta forma as associações inclusivas não se relacionam, pelo menos diretamente, com promoção dos interesses econômicos. Muito embora o objetivo primordial deste tipo de grupo seja notadamente não-econômico, este implica a existência de (pelo menos) um interesse comum aos seus membros. O grupo estaria, em última instância, representando um interesse coletivo, comum a todos os seus membros. O produto gerado pelo grupo torna-se, então, um bem público (Olson, 1965, apud PAVARINA, 2004, p.19); somente por meio da satisfação dos interesses do grupo é possível a satisfação dos interesses individuais. A característica diferencial de um grupo inclusivo é o aumento na provisão de bens públicos quando o número de indivíduos desse grupo aumenta. Há interesse, portanto, na interação social entre os agentes e no aumento do número de membros como forma de expansão dos bens públicos gerados. O comportamento inclusivo destes grupos é derivado da "natureza do objetivo que o grupo procura, não de nenhuma das características dos membros" (Olson, 1965, apud

PAVARINA, 2004, p.19). Os benefícios das associações de indivíduos teriam externalidades não somente sociais, bem como econômicas:

Se os membros de um grupo pequeno que tivesse interesse num benefício público fossem também amigos pessoais, ou pertencessem também ao mesmo clube social, e alguns membros do grupo deixassem todo o ônus decorrente da provisão deste bem público para os demais, eles poderiam, mesmo que ganhando economicamente com tal conduta, perder socialmente com ela, e a perda social poderia ser preponderante ao ganho econômico. (Olson, 1965, apud PAVARINA, 2004, p.19)

Um outro escopo de análise do capital social corresponde às idéias desenvolvidas por James Coleman (Coleman, 1988, 1990, apud, PAVARINA, p. 20). Para este autor, considerado o criador da expressão "capital social" na sua concepção moderna, este "seria não uma única entidade, mas uma variedade de diferentes entidades com dois elementos em comum: elas todas consistem em algum aspecto da estrutura social, e elas facilitam certas ações dos atores - pessoas ou atores corporativos - dentro da estrutura" (Coleman, 1988, p.98, apud, PAVARINA, p. 20). A necessidade de interação social entre os agentes torna-se necessária porque "os agentes têm interesse em eventos que estão total ou parcialmente sob o controle de outros agentes" (Coleman, 1990, p.300).

Coleman (1988, p. S96, apud, PAVARINA, p. 21) define capital social como "normas, confiança interpessoal, redes sociais e organização social [...] importantes no funcionamento não somente da sociedade como também da economia." Trata-se, portanto, de um recurso disponível aos agentes econômicos, refletindo aspectos sociais que facilitam a ação entre eles, possibilitando, inclusive, a obtenção de certos benefícios que não seriam possíveis sem a sua utilização. O trabalho de Coleman restringe as idéias de Olson, focalizando em sua análise as relações interpessoais, ou seja, entre agentes em níveis hierárquicos similares (relações horizontais) ou distintos (relações verticais). Muito embora faça referência ao capital social decorrente do relacionamento entre indivíduos e agentes institucionais ou corporativos, ou mesmo entre diferentes firmas ou diferentes governos, o autor centraliza seu trabalho no estudo das relações humanas.

As definições e concepções de capital social não são conflitantes. Todas têm o mesmo enfoque, qual seja, a compreensão das interações sociais entre os agentes e suas

conseqüências econômicas. O ponto de divergência entre elas torna-se, assim, a escolha do ambiente de análise (PAVARINA, 2004).

A importância do capital social levou ao debate de seu papel para a promoção do crescimento econômico. Grootaert (1998, apud, PAVARINA, p. 28), do Banco Mundial, menciona o capital social como a quarta categoria de capital na função de produção do crescimento econômico, juntamente com os capitais natural (recursos naturais), humano ("graus de nutrição, saúde e educação da população") e físico (infra-estrutura e bens de capital, incluindo também o capital financeiro). Wise (2001, p.55, apud, PAVARINA, p. 28), considera ao contrário, que capital social tal como a tecnologia, "é mais importante do que um insumo para a produção; ele altera a função de produção inteira, aumentando a produtividade de todos os outros insumos". Kliksberg (1999, p.87, apud, PAVARINA, p. 28), do Banco Interamericano de Desenvolvimento, considera os capitais humano e social como responsáveis pela "maior porcentagem do desenvolvimento econômico nas nações em finais do século XX e indicam que aí se encontram as chaves decisivas do progresso tecnológico, da competitividade, do crescimento sustentável, do bom governo e da estabilidade democrática".

Coleman (1990, p.304, apud, PAVARINA, p. 28) também concorda com a visão a respeito dos aspectos positivos da presença de capital social numa sociedade, ressaltando que se o "capital físico e o capital humano facilitam a atividade produtiva, o capital social também o faz". Além disso, a existência de capital social facilita a obtenção de certos bens "que não seriam obtidos em sua ausência ou poderiam ser obtidos somente a um custo mais elevado".

Os investimentos em capital físico, financeiro e humano não são concorrentes com o investimento em capital social, e sim complementares a ele (Putnam, 1993a, apud, PAVARINA, p. 28). Considerado, pois, um ativo, sujeito a acúmulo ao longo do tempo, o capital social guarda, entretanto, diferenças significativas em relação aos demais estoques de capitais produtivos. A primeira delas refere-se à sua relativa imobilidade, ou seja, o estoque de capital social de um agente não pode ser transferido aos demais ou "trocado" (ou seja, é inalienável, segundo Coleman, 1990, apud, PAVARINA, p. 29). Isto porque tanto a origem, como a manutenção ou mesmo a destruição do capital social depende da interação social entre indivíduos. Trata-se de capital derivado não da capacitação individual e sim coletiva, muito difícil de ser transferida entre os agentes.

Diferentemente dos estoques de capital físico e financeiro, o capital social não é exaurido com o uso, ao contrário, é de sua maior utilização que ele se expande, ou seja, "os estoques de capital social, tais como confiança, normas e redes, tendem a ser retro-alimentados e cumulativos" (Putnam, 1993a, p.177, apud, PAVARINA, p. 30). Ou seja, o capital social é um recurso produtivo que aumenta com o uso e "torna-se exaurido se não utilizado" (Putnam, 1993b, apud, PAVARINA, p. 30).

Existe crescente evidência na literatura que o capital social possa gerar impactos na economia. Putnam (1993b, p.4, apud, PAVARINA, p. 31), o autor que inicialmente abordou tal relação menciona que o "capital social está sendo visto como um ingrediente vital no desenvolvimento econômico ao redor do mundo", sendo um elemento propulsor do desenvolvimento tanto de países em desenvolvimento como de modernas economias desenvolvidas. Talvez o principal resultado obtido pelo seu trabalho (Putnam, 1993a, p.155-156, apud, PAVARINA, p. 31) seja o fato de que a sociabilidade espontânea, ou seja, a formação de redes de associação horizontal entre os indivíduos explique o sucesso econômico do norte da Itália comparativamente ao sul do país, melhor do que os próprios fatores econômicos. Ou seja, o crescimento e o desenvolvimento econômico teriam relação mais forte com o estoque anterior de capital social do que com outros condicionantes econômicos. Conclui o autor que "as regiões cuja economia era relativamente industrializada em 1970 não tinham sido necessariamente as regiões industrializadas de um século atrás" e ao contrário "as regiões caracterizadas pela participação cívica no final do século XX são precisamente as mesmas onde as cooperativas, associações culturais e as sociedades de mútua assistência eram mais abundantes no século XIX" (Putnam, 1993a, p.162, apud, PAVARINA, p. 32).

Segundo Cunha (2000):

“a relação entre confiança e capital social com a questão do desenvolvimento territorial parece bastante evidente, pelo menos no que se refere às possibilidades de uma dimensão territorial do desenvolvimento fazer-se presente. Isso porque, considerando os diferentes índices de capital social encontrados em distintos territórios, as possibilidades de desenvolvimento também seriam diversas. Em outras palavras, um território com baixo índice de capital social é um “ator” primevo e seminal sofrível, não sendo capaz de induzir o processo de desenvolvimento com a mesma eficiência de um território no qual o índice de capital social seja elevado.”

O autor afirma que o conceito de confiança está sendo amplamente considerado nas discussões sobre o desenvolvimento, muito embora ele esteja presente em abordagens que têm outras preocupações. E numa visão derivada de Giddens, mas bem menos abrangente, o conceito de confiança é, geralmente, definido a partir de suas relações estreitas com o conceito de capital social.

O conceito de capital social pode ser definido como “a capacidade de as pessoas trabalharem em conjunto, em grupos e organizações que constituem a sociedade civil, para a prossecução das causas comuns” (Cunha, 2000, apud FUKUYAMA, 1996). A questão central é a capacidade de associação dos membros das diversas sociedades e comunidades, algo que “[...] depende do grau de partilha de normas e valores no seio de comunidades e da capacidade destas para subordinarem os interesses individuais aos interesses mais latos dos grupos” (Cunha, 2000, apud FUKUYAMA, 1996, p.22). Ou seja, depende fundamentalmente do grau de confiança dos membros de uma comunidade entre si. Nesses termos, pode-se afirmar que “a confiança nasce desta partilha de valores e tem, como veremos, um vasto e mensurável valor econômico” (Cunha, 2000, apud FUKUYAMA, 1996, p.22).

Quanto ao conceito de confiança, Robert D. Putnam considera que confiança é um componente básico do capital social. Básico, mas não único, tendo em vista que identifica também “[...] outras formas de capital social, como as normas e as cadeias de relações sociais” (Cunha, 2000, apud PUTNAM, 1996, p. 179-180)

Em que pesem as críticas, o capital social evidencia uma série de relações interpessoais que possibilitam a conformação do ambiente econômico, no qual as transações entre os agentes são facilitadas ou dinamizadas. A consideração do capital social, como agente explicativo ou condicionante do crescimento econômico, abre uma nova perspectiva de análise em termos de diversidades e disparidades verificadas em termos regionais (PAVARINA, 2004).

2.3. Contextualizando a Área em Estudo

O conceito do processo de ocupação e uso dos cerrados do sul do Piauí e do Maranhão é fundamental para subsidiar políticas voltadas para a redução das desigualdades regionais e ativar as potencialidades naturais visando o desenvolvimento sustentável desse espaço regional. Com efeito, a expansão da agroindústria da soja, oriunda de forças

transformadoras com forte tradição gaúcha opera, no caso, fornecendo uma identidade extra-regional que submete fluxos e articulações sócioeconômicas a muito instituídas no espaço, colocando em xeque, além das formas históricas de uso desse território e de reprodução de sua sociedade, a integridade política e as feições culturais construídas ao longo da história dos dois estados (FIGUEIREDO, 2005).

De acordo com a Lei de Recursos Hídricos nº 9433/97, os planos estratégicos envolvendo recursos hídricos devem ter a bacia hidrográfica como área de abrangência. Dessa forma, o Governo Federal por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), de acordo com as diretrizes do Ministério da Integração Nacional, vem desenvolvendo o Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (Planap), nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará.

Desse modo, considerando a importância estratégica do plano, o presente trabalho adota o Planap como a principal fonte, dentre outras, para análise dos dados secundários que buscam atender aos objetivos do estudo de caso no município de Uruçuí/PI.

Segundo o modelo de planejamento em desenvolvimento pela Codevasf, a bacia é dividida em Aglomerados, Territórios e Macrorregiões, constituindo respectivamente, conjunto de municípios contíguos que compõem unidades mínimas de planejamento com identidade principalmente socioeconômica, conjunto de aglomerados com características e aspirações idênticas e agrupamento de territórios baseados em características físicas, potencialidades de produção e dinâmica de desenvolvimento.

Assim, considerando a metodologia de planejamento territorial adotada no Planap, o município de Uruçuí/PI, situa-se no Aglomerado 22, do território Tabuleiros do Alto Parnaíba, na Macrorregião de Desenvolvimento do Cerrado, que tem sido alvo de ocupação de maneira crescente nos últimos anos, pela expansão da agricultura mecanizada, altamente tecnificada, tendo a soja como a cultura mais importante em produtividade, apontando o estado do Piauí como o segundo em crescimento dessa cultura e em primeiro lugar em produtividade, quando comparado com o restante do país (em fase de elaboração)¹.

O território destaca-se pela produção de grãos, bovinocultura de corte, criação de pequenos animais (ovinos, caprinos, aves e suínos) como potencialidades vocacionais,

¹ Análise Multitemporal de Uso da Terra Macrorregião de Desenvolvimento do Cerrado. Planap, Brasília, 2005.

destacando-se também pela extração de produtos de origem vegetal e rebanho bovino, enfrentando contudo, obstáculos que precisam ser superados para seu desenvolvimento, tendo como base a concepção do processo de planejamento participativo (em fase de elaboração)².

² Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba. Planap, Brasília, 2005.

3. Objetivo

Considerando que o município de Uruçuí é o maior produtor de soja do Piauí e está polarizando investimentos em diversas atividades econômicas, como na agrícola, pelo cultivo de milho, arroz; comércio varejista e de serviços, atraindo diferentes estratos de consumidores, revelando aspectos econômicos favoráveis, pode-se afirmar que: o crescimento agrícola da região se traduziu em desenvolvimento territorial? houve inclusão social da população local? houve distribuição de renda?

O trabalho busca avaliar se o crescimento da agricultura mecanizada foi capaz de estabelecer relações organizadas entre os atores, comerciais e não comerciais, que favoreçam não só a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados, mas também, pela existência de bens públicos e administrações capazes de dinamizar a vida regional, com a criação de uma rede territorial de desenvolvimento.

4. Metodologia

O estudo de caso foi a metodologia escolhida para a realização desta pesquisa. Em termos de procedimento metodológico, é imprescindível o levantamento e análise de documentação bibliográfica, utilização de dados estatísticos secundários e primários, estes últimos obtidos por meio e pesquisa.

O Método do Estudo de Caso "... não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado" (GOODE & HATT, 1969, p.422). De outra forma, TULL (1976, p.323) afirma que "um estudo de caso refere-se a uma análise intensiva de uma situação particular" e BONOMA (1985, p.203) coloca que o "estudo de caso é uma descrição de uma situação gerencial".

André, M. (1995, p. 49) define estudo de caso como o “estudo aprofundado de uma unidade em sua complexidade e dinamismo próprio, fornecendo informações relevantes para tomada de decisão” e, por meio desta definição, destaca o potencial diagnóstico da metodologia. Observa-se que o estudo de caso é a investigação de uma instância em ação num contexto específico, com a análise de suas nuances e a consideração dos vários aspectos que interagem no seu funcionamento.

Para se justificar o uso do estudo de caso, pode-se recorrer a critérios definidos na literatura. Para André, M. (1995), a definição do uso do estudo de caso depende do que o pesquisador quer saber. O objetivo do pesquisador serviria também para definir todo o restante da pesquisa: o contexto, o foco das observações, a coleta e a interpretação dos dados e as conclusões.

As vantagens da metodologia, segundo André, M. (1995), seriam:

- a) o estudo de caso possui um forte elemento de realidade e pragmatismo, sendo, portanto, ideal para o profissional da área em termos de reflexões a respeito da prática cotidiana;
- b) as conclusões derivadas do estudo de caso podem ser estendidas a outras instâncias ou à população da instância estudada;
- c) o estudo de caso representa uma visão multifacetada, profunda e holística da instância, permitindo várias interpretações possíveis da instância;
- d) um estudo de caso bem conduzido e estruturado pode servir de base de dados para pesquisas futuras;

- e) os estudos de casos possuem uma capacidade metodológica considerável, levando o pesquisador a descobrir novas relações e significados a respeito da instância investigada.

4.1. Delineamento do estudo

- 1º momento: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
Iniciou-se a execução do projeto com a sua fundamentação teórica, tendo por objeto uma exposição teórica sobre desenvolvimento territorial, capital social e contextualização da área em estudo, município de Uruçuí-PI, destacando os principais trabalhos sobre o tema.
- 2º momento: COLETA DE DADOS
Foram coletados dados secundários sobre o município de Uruçuí por meio de relatórios escritos e informações disponibilizadas em meio eletrônico e documental, por intermédio de pesquisa bibliográfica e busca de documentos disponíveis na Internet como, por exemplo, o relatório do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba – Planap – Codevasf, Ibge, Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, Ministério da Saúde e Ministério da Fazenda.
- 3º momento: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS
Análise é um processo de dar sentido aos dados, o que envolve a consolidação, redução e interpretação, é o processo de dar significado. Análise dos dados é um processo complexo, realizado em movimento contínuo de ir e vir, entre dados e conceitos, raciocínio dedutivo e indutivo, descrição e interpretação. Esses significados ou compreensão constituem a descoberta de um estudo. As descobertas podem estar na forma de considerações descritivas organizadas, temas ou categorias que recortam os dados, ou na forma de modelos e teorias que explicam os dados. Essas formas refletem os diferentes níveis analíticos, desde de

uma simples descrição até altos níveis de abstração na construção da teoria (MERRIAN, 1998).

No presente estudo, primeiro foram ordenados os dados, observando-se os que se adequavam ao objetivo do trabalho.

Utilizou-se uma metodologia qualitativa, do tipo interpretativa, por considerar que o estudo da mudança organizacional tem um conteúdo histórico, cultural, político, ideológico e sócio-econômico.

A abordagem utilizada foi interpretativa, buscando-se a compreensão do processo de crescimento agrícola da região, inclusão social e distribuição de renda, por meio da análise dos aspectos demográficos, educação, recursos energéticos, saúde, habitação, serviços básicos, desenvolvimento econômico e social, receitas orçamentárias, atividades produtivas, agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, agroindústria, estrutura fundiária e organização da sociedade civil.

Em suma, a pesquisa fez uso de indicadores de desenvolvimento e dados estatísticos do município de Uruçuí-PI, de forma a analisar se o crescimento agrícola da região se traduziu em desenvolvimento territorial, com a formação de capital social, buscando investigar se houve mudanças estruturais na melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos.

5 Análise de Dados

Para efeito de análise comparativa dos dados do município de Uruçuí, leva-se em consideração que ele está inserido no aglomerado 22.

Essa classificação refere-se à metodologia adotada na elaboração do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Bacia do Parnaíba – Planap, fonte de dados para estudo de caso, que consiste na divisão da Bacia do Parnaíba em unidades de planejamento – macrorregiões, territórios de desenvolvimento e aglomerados de municípios, obedecendo parâmetros socioeconômicos, técnicos, culturais e ambientais.

O Aglomerado 22 é formado por 12 municípios, todos piauienses, pertencentes à macrorregião dos cerrados, está localizado a oeste, na porção sudeste da bacia do rio Parnaíba. Com extensão territorial de 33.083,8 km², representa 9,99% da área total da bacia do Parnaíba.

5.1 Aspectos Demográficos

Quadro 1. Crescimento da População, por município do Aglomerado 22, nos anos de 1991 e 2000.

Município	População Total		Taxa de crescimento %
	1991	2000	
Antônio Almeida	3.233	2.851	- 11,8
Baixa Grande do Ribeiro	6.052	7.779	28,5
Bertolândia	5.305	5.117	- 3,5
Canavieira	3.960	4.114	3,8
Guadalupe	9.368	10.308	10
Jerumenha	4.184	4.515	7,9
Landri Sales	5.681	5.628	- 0,93
Marcos Parente	4.157	4.279	2,9
Porto Alegre do Piauí	2.176	2.421	2,9
Ribeiro Gonçalves	5.862	5.722	- 2,3
Sebastião Leal	3.704	3.835	3,5
Uruçuí	15.661	17.011	8,6
Total	69.343	73.580	6,1

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil -2000.

Em 2000 a população do município de Uruçuí era de 17.011 habitantes, o que representava 23,11% da população total do Aglomerado 22, que era de 73.580 hab. No período de 1991 a 2000 houve um crescimento populacional desse município de 8,6 %,

superior ao crescimento da população do Aglomerado que correspondeu a 6,1%, ficando em terceiro lugar em taxa de crescimento.

Quadro 2. Taxa de urbanização do Aglomerado 22, nos anos de 1991 e 2000.

Município	População total		Taxa de urbanização (%)	
	1991	2000	1991	2000
Antônio Almeida	3233	2851	38,66	67,20
Baixa Grande do Ribeiro	6052	7779	0,00	47,00
Bertolândia	5305	5117	64,17	69,12
Canavieira	3960	4114	32,58	45,07
Guadalupe	9368	10308	92,67	93,09
Jerumenha	4184	4515	45,36	57,45
Landri Sales	5681	5628	67,05	69,31
Marcos Parente	4157	4279	72,65	71,37
Porto Alegre do Piauí	2176	2421	-	49,61
Ribeiro Gonçalves	5862	5722	45,72	52,25
Sebastião Leal	3704	3835	-	36,71
Uruçuí	15661	17011	57,17	65,32
Total	69.343	73.580	50,45	63,63
Média	-	-	57,34	60,29

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil -2000.

Em relação à urbanização observou-se um aumento na taxa de urbanização em Uruçuí de 8,15% no período de 1991-2000, inferior ao aumento da taxa média de urbanização do AG 22 (13,18%).

Quadro 3. Mortalidade infantil, longevidade e fecundidade da população dos municípios do Aglomerado 22, nos anos de 1991 e 2000.

Município	Mortalidade até um ano de idade		Esperança de vida ao nascer		Taxa de fecundidade total	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Antônio Almeida	70,96	43,07	58,87	64,78	4,57	4,08
Baixa Grande do Ribeiro	81,32	53,72	56,83	61,90	6,01	4,21
Bertolândia	58,67	37,56	61,54	66,42	4,04	3,96
Canavieira	55,87	46,83	62,19	63,72	3,86	3,53
Guadalupe	54,34	35,59	62,55	67,04	3,33	2,63
Jerumenha	48,12	31,69	64,10	68,32	3,33	3,17
Landri Sales	50,51	41,21	63,49	65,32	3,85	3,81
Marcos Parente	58,67	47,31	61,54	63,59	3,79	3,81
Porto Alegre do Piauí	70,96	43,07	58,87	64,78	5,36	4,72
Ribeiro Gonçalves	56,28	43,05	62,09	64,78	4,73	4,29
Sebastião Leal	70,96	37,56	58,87	66,42	4,59	3,92
Uruçuí	81,32	51,80	56,83	62,40	5,39	4,29
Média do Aglomerado	63,16	42,70	60,65	64,96	4,40	3,87

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Considerando os índices de mortalidade infantil até 01 ano de idade por 1000 nascidos vivos, no período de 1991 a 2000, constata-se melhoras ocorridas na totalidade dos municípios do AG 22, havendo um decréscimo na média do aglomerado de 32,39%, onde Uruçuí passou de um valor de 81,32 em 1991 para 51,80 em 2000, uma redução de 36,69%.

Quanto à esperança de vida ao nascer, observa-se que no período de 1991 a 2000 houve um aumento de 5,57 anos no município de Uruçuí/PI, que representa 9,80% de acréscimo nesse período, maior que a média do aglomerado que foi de 7,10%, ficando esse município em terceiro lugar dentro dos municípios de AG 22.

A fecundidade é representada pelo número de filhos por mulher, que em 1991 no município de Uruçuí era de 5,39, contra 4,29 em 2000, representado um decréscimo de 20,40%.

5.2 Educação

Na região onde se encontra o município de Uruçuí/PI, macrorregião do cerrado, o setor educacional encontra-se comprometido no que diz respeito à qualidade do ensino, infra-estrutura básica das escolas, número de professores e falta de cursos profissionalizantes voltados para o setor primário, resultando segundo o IBGE em baixos índices de alfabetização e elevado índice de evasão escolar e repetência no ensino básico aos que atendem às comunidades mais carentes (em fase de elaboração)³.

Quadro 4. Percentual de analfabetos no Aglomerado 22, 1991 e 2000.

Município	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, 1991	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, 2000
Antônio Almeida	44,19	26,80
Baixa Grande do Ribeiro	55,00	37,22
Bertolândia	35,41	33,26
Canavieira	41,01	32,00
Guadalupe	29,19	24,14
Jerumenha	38,35	27,75
Landri Sales	36,53	29,05
Marcos Parente	43,47	32,14
Porto Alegre do Piauí	47,02	31,92
Ribeiro Gonçalves	42,54	27,97
Sebastião Leal	44,92	33,46

³ Análise Multitemporal de Uso da Terra Macrorregião de Desenvolvimento do Cerrado. Planap, Brasília, 2005.

Continuação ... Quadro 4

Uruçuí	39,99	30,24
Média do Aglomerado	41,47	30,50

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Em 2000 o percentual de analfabetismo em Uruçuí/PI foi de 30,24%, 0,26% menor que a média do Aglomerado 22, mesmo assim foi maior que a taxa do Brasil que foi de 27,7%, e menor que da região Nordeste, que foi de 39,1% em 2000 (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000).

De acordo com o Quadro 5 houve uma redução do analfabetismo, no município de Uruçuí/PI, em todas as faixas de idade, no período de 1991 a 2000. A faixa de idade que houve maior redução foi a de 07 a 14 anos, que foi de 28,92%, enquanto que a menor redução foi na faixa de 18 a 24 anos de 6,10%.

O maior percentual de pessoas analfabetas está na faixa dos 25 anos ou mais, que é de 36,13% (em 2000).

Quadro 5. Percentual de pessoas que freqüentam o Ensino Médio e o Fundamental em relação à população no Aglomerado 22, 1991 e 2000.

Municípios do Aglomerado 22	% de pessoas que freqüentam o Ensino Médio em relação à população de 15 a 17 anos		% de pessoas que freqüentam o Ensino Fundamental em relação à população de 7 a 14 anos		% de pessoas que freqüentam curso Superior em relação à população de 18 a 22 anos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Antônio Almeida	18,12	49,52	99,12	131,66	1,24	10,33
Baixa Grande do Ribeiro		19,05	61,79			
	1,60			110,69	0,02	1,62
Bertolândia	15,71	32,78	110,48	132,92	0,29	8,52
Canavieira	5,60	26,60	89,92	127,51	0,15	2,41
Guadalupe	21,31	43,29	111,47	136,06	2,58	8,05
Jerumenha	10,36	39,30	100,88	130,58	2,02	6,77
Landri Sales	13,60	40,23	101,78	129,84	0,25	4,92
Marcos Parente	14,17	40,90	109,20	135,17	0,28	5,12
Porto Alegre do Piauí	4,25	28,88	85,26	130,46	0,12	5,26
Ribeiro Gonçalves	10,07	34,00	89,34	114,27	0,02	6,14
Sebastião Leal	4,98	20,60	89,90	130,67	0,11	2,54
Uruçuí	8,29	35,74	75,51	124,23	0	9,34
Média do Aglomerado	10,67	34,24	92,37	125,03	0,59	5,92

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil-2000.

No setor educacional, observa-se a existência do ensino desde o pré-escolar até o universitário, bem como a existência de programas do Governo Federal tais como: Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do Bolsa Escola.

Com base no Censo Educacional, 2003, havia 6.555 alunos matriculados, dos quais 244 na pré-escola, 4.460 no ensino fundamental, 829 no ensino médio e 1.022 no – Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que representava uma média de 30% da população nesse período.

O ensino superior é oferecido pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) no município de Uruçuí, com ofertas de cursos de Agronomia (regime regular), Pedagogia, Química, História, Geografia e Letras (em período de férias). As principais dificuldades estão relacionadas a pouca infra-estrutura nos cursos existentes e os recursos humanos insuficientes. (em fase de elaboração)⁴

Considerando o total de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o ensino fundamental e a população de 7 a 14 anos do Aglomerado 22, verifica-se que em 1991 a média da razão entre estas duas variáveis era de 92,37 %, aumentando para 125,03% em 2000.

Fazendo essa mesma comparação em Uruçuí/PI, que ficou em 2º lugar em crescimento em relação ao Aglomerado, a razão entre as duas variáveis foi de 75,51% em 1991 e 124,23% em 2000, um aumento de 64,52%, maior que o aumento da média do Aglomerado 22, que foi de 35,35%.

Com relação ao percentual de pessoas que freqüentam o Ensino Médio e a população de 15 a 17 anos, o aumento no município de Uruçuí/PI, que ficou em 4º lugar em crescimento no Aglomerado 22, foi de 331,12%, maior que o crescimento da média do referido aglomerado que foi de 220,90%. Nota-se que apesar do percentual de crescimento ser maior que no percentual de pessoas que freqüentam o Ensino Fundamental em relação à população de 7 a 14 anos, o percentual de participação na escola é maior nessa última relação.

Verifica-se que o percentual de pessoas que freqüentam curso superior em relação à população de 18 a 22 anos passou de 0% em 1991 para 9,34% em 2000, maior que a média do Aglomerado 22 em 2000 que foi de 5,92%. Em 1991 o estado do Piauí possuía a

⁴ Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba. Planap, Brasília, 2005.

taxa de 4,36%, passando em 2000 para 11,11% (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000).

Quadro 6. Média de anos de estudo e percentual de crianças de 7 a 14 anos e adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola no Aglomerado 22, 1991 e 2000.

Município do Aglomerado 22	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade		% de crianças de 7 a 14 anos fora da escola		% de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Antônio Almeida	2,20	3,56	26,30	3,72	37,83	27,33
Baixa Grande do Ribeiro	1,29	2,24	53,86	16,51	71,23	32,45
Bertolândia	2,42	3,16	18,83	5,31	41,61	29,77
Canavieira	1,95	3,12	33,05	6,44	52,40	33,02
Guadalupe	3,79	4,10	18,27	3,58	34,93	26,56
Jerumenha	2,64	3,50	23,81	6,56	46,55	25,16
Landri Sales	2,48	3,39	25,44	4,27	47,11	23,22
Marcos Parente	2,24	3,12	20,34	6,40	38,20	25,89
Porto Alegre do Piauí	1,64	2,70	34,27	4,92	54,65	28,42
Ribeiro Gonçalves	2,19	3,22	31,22	11,61	53,17	28,18
Sebastião Leal	1,88	2,47	30,92	3,89	53,53	34,33
Uruçuí	2,13	3,14	47,11	9,34	50,82	26,11
Média do Aglomerado	2,24	3,14	30,29	6,88	48,50	28,37

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil-2000.

De acordo com o Quadro 6, verifica-se que a média de anos de estudo entre as pessoas de 25 anos ou mais é de 3,14 anos no ano de 2000, constatando-se um aumento de 47,41% em relação ao ano de 1991, no município de Uruçuí-PI, que ficou em quinto lugar em crescimento no Aglomerado 22. Apesar do aumento percentual no referido aglomerado de 1991 a 2000 ser de 40,17%, a média do Aglomerado está igual à do município de Uruçuí/PI.

No mesmo quadro, verifica-se uma queda tanto no quantitativo de crianças fora da escola quanto no quantitativo de adolescentes. Verificou-se que mesmo o município de Uruçuí/PI sofreu uma queda significativa do seu percentual, no período de 1991 a 2000, passando de 47,11% para 9,34 %, respectivamente, e pode-se constatar ainda que o município ficou em 7º lugar em decréscimo do referido percentual, e ele é o terceiro em relação ao percentual de crianças fora da escola dentro do Aglomerado 22, ficando acima da média do

aglomerado que foi de 6,88% em 2000. Estes percentuais estão acima dos verificados no Brasil que foi de 5,48% no mesmo período (em fase de elaboração)⁵

Em relação ao percentual de adolescentes fora da escola houve uma redução de 48,62 no período de 1991 a 2000, estabelecendo uma porcentagem menor que a média do Aglomerado 22, que foi de 28,37%, ficando em 9º lugar no percentual de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola, no AG 22. No Brasil o percentual verificado em 2000 foi de 22,29 %⁶.

Segundo atores locais as principais causas da distorção idade/série e da evasão escolar estão relacionadas aos trabalhos nas lavouras, migração para outros centros urbanos, ausência de transporte escolar e baixo acompanhamento dos pais nas escolas (em fase de elaboração)⁶

As principais limitações encontradas no ensino fundamental e médio dizem respeito às condições de funcionamento das escolas, o que de certa forma acaba refletindo na qualidade do ensino/aprendizagem: a maioria das escolas na zona rural não possuem energia elétrica, salas multisseriadas, escolas funcionando em locais inadequados (casas de professores, barracões), sem acesso a informática, bibliotecas com acervo limitado e desatualizado, veículos inadequados e conselhos escolares pouco atuantes. (em fase de elaboração)⁶.

Quadro 7. Percentual de crianças de 10 a 14 anos, do Aglomerado 22, que trabalham.

Municípios do Aglomerado 22	% de crianças de 10 a 14 anos que trabalham	
	1991	2000
Antônio Almeida	5,55	9,62
Baixa Grande do Ribeiro	22,43	11,07
Bertolândia	9,73	6,27
Canavieira	10,04	7,51
Guadalupe	8,11	6,81
Jerumenha	12,50	7,76
Landri Sales	14,17	5,25
Marcos Parente	7,78	7,39
Porto Alegre do Piauí	8,90	8,64
Ribeiro Gonçalves	11,38	12,51
Sebastião Leal	9,74	11,85
Uruçuí	8,90	11,33
Média do Aglomerado	10,77	8,83

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil-2000.

⁵ Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba. Planap, Brasília, 2005.

⁶ Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba. Planap, Brasília, 2005.

No Quadro 7 verifica-se que houve um aumento de 2,43% no município de Uruçuí/PI, no percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham, no período de 1991 a 2000, passando de 8,90% para 11,33%. No mesmo período observa-se que na média do Aglomerado 22 houve uma redução de 1,94%.

5.3 Recursos Energéticos

O fornecimento de energia elétrica é feito a partir da Usina Hidroelétrica de Boa Esperança, administrada pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e duas subestações da Centrais Elétricas do Piauí – Cepisa, localizadas nos municípios de Uruçuí e Antonio Almeida.

No geral, a energia elétrica na região é insuficiente para atender a demanda haja vista o crescimento dos centros urbanos, aliado ao beneficiamento do calcário e a instalação de novos projetos. As redes de transmissão estão sobrecarregadas, apresentando grandes oscilações de potência nos horários de maior consumo.

Segundo atores locais, a eletrificação atende aproximadamente 90% das sedes dos municípios do território e apenas 30% da área rural, constituindo-se em mais um obstáculo ao pleno desenvolvimento das atividades agropecuárias. (em fase de elaboração)⁷

5.4 Saúde

Quadro 8. Recursos humanos por município do aglomerado 22.

Município do Aglomerado 22	Médicos	Enfermeiro(a)	Dentista	Aux. Enf.	Téc. Enf.
Antônio Almeida	2	2	2	10	2
Baixa Grande do Ribeiro	2	1	1	9	3
Bertolândia	7	3	1	11	4
Canavieira	3	0	1	9	1
Guadalupe	14	5	2	19	0
Jerumenha	4	1	1	3	0
Landri Sales	5	0	0	6	0
Marcos Parente	6	4	1	9	3
Porto Alegre do Piauí	1	1	0	1	1
Ribeiro Gonçalves	11	5	1	7	7

⁷ Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba. Planap, Brasília, 2005.

Continuação do quadro 8.

Município do Aglomerado 22	Médicos	Enfermeiro(a)	Dentista	Aux. Enf.	Téc. Enf.
Sebastião Leal	5	2	0	6	0
Uruçuí	18	4	2	28	8
Total	78	28	12	118	29

Fonte: SIH/SUS - Ministério da Saúde, 2000. Acesso em 26/11/2004. Disponível em www.datasus.gov.br/catalogo/sihsus.htm

Quanto aos aspectos relacionados a recursos humanos na área de saúde, observou-se que o município de Uruçuí, no ano de 2004, a quantidade de profissionais da saúde superava a de outros municípios do aglomerado, exceto o quantitativo de enfermeiros e dentistas, porém ressalta-se que a população do município estudado no ano 2000 representava 23% do total da população dos municípios, inferindo-se que a quantidade total de profissionais de saúde que é de 265 profissionais não é suficiente para atendimento à população de 17.000 habitantes.

Quadro 9. Leitos existentes por município do Aglomerado 22, 2002.

Município	Leitos por 1.000 habitantes
Antônio Almeida	Não informado
Baixa Grande do Ribeiro	Não Informado
Bertolândia	2,4
Canavieira	2,4
Guadalupe	2,4
Jerumenha	3,3
Landri Sales	3,2
Marcos Parente	3,0
Porto Alegre do Piauí	n.i.
Ribeiro Gonçalves	3,0
Sebastião Leal	n.i.
Uruçuí	1,3
Média	2,63

Fonte: SIH/SUS - Ministério da Saúde, 2000. Disponível em: <www.datasus.gov.br/catalogo/sihsus.htm>

Em relação aos leitos existentes, a média do número de leitos por 1.000 habitantes do aglomerado 22, no ano 2000, conforme o Ministério da Saúde é de 2,6, sendo que Uruçuí quanto a esse item ficou abaixo da média e abaixo do que é recomendado pela

Organização Mundial de Saúde (OMS) e Ministério da Saúde, que definem 4,5 leitos por 1000 habitantes como mínimo (em fase de elaboração)⁸.

Ressalta-se que no aglomerado 22 as principais dificuldades estão relacionadas ao precário atendimento da população, com recursos humanos insuficientes, equipamentos hospitalares ultrapassados, poucos laboratórios para realização de exames médicos, unidades de saúde e postos de saúde sem equipamentos, insuficiência de medicamentos nas farmácias básicas, poucas ambulâncias, má qualidade no atendimento e baixa atuação do Conselho de Saúde⁹.

5.5 Domicílios

Quadro 10. Condição domiciliar, por município do Aglomerado 22, 1991 e 2000.

Município	Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados	
	1991	2000
Antônio Almeida (PI)	61,07	66,78
Baixa Grande do Ribeiro (PI)	63,41	84,48
Bertolândia (PI)	39,17	64,62
Canavieira (PI)	65,01	71,29
Guadalupe (PI)	58,57	68,38
Jerumenha (PI)	60,65	73,01
Landri Sales (PI)	66,83	70,88
Marcos Parente (PI)	65,85	71,87
Porto Alegre do Piauí (PI)	59,78	69,35
Ribeiro Gonçalves (PI)	64,3	78,4
Sebastião Leal (PI)	56,76	61,96
Uruçuí (PI)	64,52	76,02
Média do Aglomerado	60,49	71,42

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

No que se refere ao percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados, comparando os anos de 1991 e 2000, houve acréscimo, sendo que, dos municípios do aglomerado, Uruçuí classificou-se em 8º, com aumento percentual de 11,5%, pois em 1991 o percentual era de 64,52% e em 2000 o percentual era de 76,02, ficando acima

⁸ Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba. Planap, Brasília, 2005.

⁹ Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba. Planap, Brasília, 2005.

do crescimento médio do aglomerado, cuja variação média foi de 10,93% (60,49%, em 1991, passou a 71,42%, em 2000).

Embora tenha havido aumento, ainda é considerável, tanto no aglomerado quanto no município de Uruçuí, o percentual daqueles que não contam com domicílios e terrenos próprios quitados.

5.6 Serviços Básicos

Quanto ao abastecimento d'água, no período de 1991 a 2000, houve acréscimo na proporção de moradores atendidos pela rede geral no município de Uruçuí, num percentual de aproximadamente 34%, um pouco superior à média que foi de 33,26%, ressaltando que o aumento foi apresentado por todos os municípios componentes do aglomerado.

Quadro 11. Proporção de moradores por tipo de abastecimento de água, por município do Aglomerado 22, 1991 e 2000.

Município	Rede geral		Poço ou nascente		Outra forma	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Antônio Almeida	2,5	62,8	27,8	29,1	49,7	8,1
Baixa Grande do Ribeiro	-	44,3	-	51,1	-	4,3
Bertolândia	39,7	66,9	28,4	29,4	31,9	3,7
Canavieira	-	61	-	29,8	-	9,2
Guadalupe	78,8	84,8	8,5	10,4	12,8	4,8
Jerumenha	32,1	52,6	63,9	39,7	4	7,7
Landri Sales	61,6	67,4	33,6	16,4	4,8	16,2
Marcos Parente	62,8	80,2	6,7	15,3	30,5	4,4
Porto Alegre do Piauí	-	51,9	-	27,6	-	20,5
Ribeiro Gonçalves	35,6	59	61,5	35,8	2,9	15,2
Sebastião Leal	-	25,7	-	47,9	-	26,5
Uruçuí	48	64,3	41,7	13,9	10,3	21,8
Média	45,1	60,1	34,0	28,9	18,4	11,9

Fonte: IBGE/Censos - Extraído de Min. da Saúde. Disponível em: <www.datasus.gov.br/catalogo/sihsus.htm>

Com relação à utilização de poço ou nascente, houve redução desse tipo de abastecimento no município de Uruçuí, no período considerado, como ocorreu na maioria dos municípios componentes do aglomerado, acrescentando-se que essa redução observada no município objeto deste estudo foi superior à média, que apresentou decréscimo de 15% em relação ao decréscimo de 66,67% em Uruçuí.

No que se refere às outras formas de abastecimento, o município de Uruçuí apresentou um acréscimo de mais de 110%, por outro lado a maioria dos municípios do aglomerado apresentou decréscimo, sendo que a média do aglomerado apresentou um decréscimo de 35,33%.

Observando-se no Quadro 12 que houve acréscimo na porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com água encanada em Uruçuí, no período de 1991 a 2000, como ocorreu em todos os municípios que compõem o aglomerado. Entretanto, quando há uma comparação da evolução no município e a evolução da média do aglomerado, verifica-se que a porcentagem de Uruçuí está abaixo da média, isso porque no período considerado o acréscimo no município foi de aproximadamente 107%, ao passo que o aumento na média do aglomerado foi de 118%.

Quadro 12. Acesso a serviços básicos, por município do aglomerado 22, nos anos de 1991 e 2000.

Municípios	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica		% de pessoas que vivem domicílios urbanos com coleta de lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Antônio Almeida	10,34	35,69	41,36	81,02	0,69	9,82
Baixa Grande do Ribeiro	7,52	19,09	20,00	54,73	..	2,24
Bertolândia	27,19	46,62	55,40	81,11	0,13	9,53
Canavieira	3,55	28,84	37,56	68,91	4,65	11,83
Guadalupe	50,05	55,94	83,96	92,15	10,80	19,59
Jerumenha	19,25	35,62	48,66	73,51	2,18	3,45
Landri Sales	22,31	39,69	61,84	85,91	0,58	4,47
Marcos Parente	18,52	46,65	64,49	85,60	8,19	30,97
Porto Alegre do Piauí	2,61	23,86	26,30	78,79	..	25,46
Ribeiro Gonçalves	16,27	50,08	34,69	63,06	1,82	21,14
Sebastião Leal	7,08	22,41	24,42	62,26	..	17,24
Uruçuí	18,85	39,04	46,04	69,58	3,99	65,40
Média do Aglomerado	16,96	36,96	45,39	74,72	3,67	18,43
Média do Território	12,37	27,28	38,94	65,52	6,21	26,71
Média da Bacia	13,61	29,12	31,38	58,82	13,86	36,99

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil-2000.

Quanto às pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica no município de Uruçuí, em 1991 o percentual era de 46,04 e em 2000 era de 69,58, o que representou um aumento de 23,54%, enquanto a média do aglomerado em 1991 o percentual era 45,39 e em

2000 era de 74,72, representando um acréscimo de 29,33%. Logo, o aumento percentual no município, como no caso anterior, ficou abaixo da média do aglomerado.

Por outro lado, quanto ao percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com coleta de lixo, o município de Uruçuí destacou-se pois o aumento no período 1991-2000 foi de aproximadamente 61,41%, que superou em muito o aumento percentual no período para a média do aglomerado que foi de 14,76%.

5.7 Desenvolvimento Econômico e Social

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Quadro 13. Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Aglomerado 22.

Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal		Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação		Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Longevidade		Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Antônio Almeida	0,505	0,643	0,574	0,761	0,564	0,663	0,377	0,506
Baixa Grande do Ribeiro	0,452	0,576	0,428	0,640	0,531	0,615	0,398	0,472
Bertolândia	0,563	0,626	0,650	0,704	0,609	0,690	0,430	0,483
Canavieira	0,541	0,601	0,577	0,693	0,620	0,645	0,425	0,465
Guadalupe	0,620	0,681	0,695	0,775	0,626	0,701	0,538	0,567
Jerumenha	0,583	0,653	0,611	0,747	0,652	0,722	0,487	0,490
Landri Sales	0,579	0,638	0,623	0,733	0,642	0,672	0,471	0,509
Marcos Parente	0,542	0,626	0,594	0,712	0,609	0,643	0,422	0,523
Porto Alegre do Piauí	0,481	0,608	0,529	0,712	0,564	0,663	0,350	0,449
Ribeiro Gonçalves	0,543	0,647	0,573	0,725	0,618	0,663	0,439	0,553
Sebastião Leal	0,484	0,607	0,552	0,684	0,564	0,690	0,337	0,446
Uruçuí	0,517	0,623	0,551	0,720	0,531	0,623	0,469	0,526
Média do Aglomerado	0,534	0,627	0,580	0,717	0,594	0,666	0,429	0,499

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

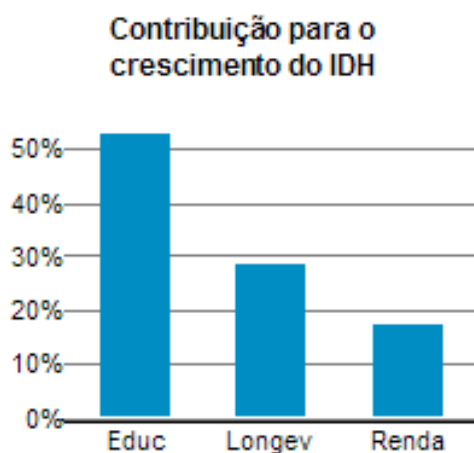
O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver".

Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um. O IDH é obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes a Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda). (Pnud, <<http://www.pnud.org.br/idh/>>, acessado em: 19/12/2005).

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Uruçuí cresceu 20,50%, passando de 0,517 em 1991 para 0,623 em 2000.

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 53,1%, seguida pela Longevidade, com 28,9% e pela Renda, com 17,9%.

Quadro 14. Contribuição para o crescimento do IDH no município de Uruçuí - PI



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 21,9%.

Com esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 18,1 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 9,6 anos para alcançar Teresina (PI), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,766).

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Uruçuí é 0,623. Segundo a classificação do Pnud, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

Em relação aos outros municípios do Brasil, Uruçuí apresenta uma situação ruim: ocupa a 4248ª posição, sendo que 4247 municípios (77,1%) estão em situação melhor e 1259 municípios (22,9%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Uruçuí apresenta uma situação boa: ocupa a 46ª posição, sendo que 45 municípios (20,4%) estão em situação melhor e 175 municípios (79,6%) estão em situação pior ou igual (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002).

Quadro 15. Renda *per capita* média por município do aglomerado 22.

Município	Renda <i>per Capita</i>, 1991 (R\$)	Renda <i>per Capita</i>, 2000 (R\$)	Taxa de Crescimento (%)
Antônio Almeida	37,31	81,00	117,1
Baixa Grande do Ribeiro	42,21	66,09	56,6
Bertolândia	51,19	70,45	37,6
Canavieira	49,79	63,16	26,9
Guadalupe	97,73	116,61	19,3
Jerumenha	72,12	73,42	1,80
Landri Sales	65,36	82,52	26,3
Marcos Parente	48,91	89,71	83,4
Porto Alegre do Piauí	31,81	57,57	81,0
Ribeiro Gonçalves	54,26	107,06	97,3
Sebastião Leal	29,34	56,59	92,9
Uruçuí	64,88	90,94	40,2

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano Brasil, 2000.

A renda *per capita* média do município de Uruçuí aumentou 40,2%, inferior ao aumento médio da taxa de crescimento do aglomerado que foi de 56,68%, variando entre 1,8% e 117,1%.

Quadro 16. Renda, Pobreza e Desigualdade, por município do aglomerado 22, 1991 e 2000.

Município	Índice de Gini		% da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população		% da renda apropriada pelos 80% mais pobres da população	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Antônio Almeida	0,50	0,53	35,90	40,23	47,92	45,14
Baixa Grande do Ribeiro	0,47	0,67	31,86	56,24	50,93	29,28
Bertolândia	0,56	0,59	45,84	42,36	37,85	38,07
Canavieira	0,48	0,57	32,25	35,01	51,54	43,73
Guadalupe	0,59	0,59	45,49	45,58	38,66	38,24
Jerumenha	0,56	0,57	50,12	37,80	36,94	43,98
Landri Sales	0,52	0,60	41,22	44,76	43,62	37,19
Marcos Parente	0,48	0,53	30,97	42,07	51,72	41,91
Porto Alegre do Piauí	0,45	0,54	26,75	41,01	55,31	41,64
Ribeiro Gonçalves	0,52	0,59	41,11	48,03	44,29	37,72
Sebastião Leal	0,51	0,48	43,21	31,57	39,55	49,82
Uruçuí	0,57	0,55	48,20	42,41	37,93	42,21

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

O índice Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Quanto mais próximo de 0, melhor é a distribuição e mais próximo de 1 pior a distribuição.

Quadro 17. Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População, 1991 e 2000

	1991	2000
20% mais pobres	3,6	2,7
40% mais pobres	10,6	10,0
60% mais pobres	21,2	22,2
80% mais pobres	37,9	42,2
20% mais ricos	62,1	57,8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002.

A renda per capita média do município cresceu 40,17%, passando de R\$ 64,88 em 1991 para R\$ 90,94 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em

agosto de 2000) diminuiu 19,92%, passando de 81,0% em 1991 para 64,9% em 2000. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,57 em 1991 para 0,55 em 2000.

Quadro 18. Intensidade de pobreza e proporção de pessoas com renda *per capita* inferior a R\$ 37,75 e R\$ 75,50 por municípios do Aglomerado 22.

Município	Intensidade da pobreza		% de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$ 37,75		% de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$ 75,50	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Antônio Almeida	67,79	53,62	72,59	40,50	91,02	69,68
Baixa Grande do Ribeiro	62,71	65,32	64,57	57,44	87,36	79,69
Bertolândia	64,92	63,36	62,96	50,59	84,70	71,94
Canavieira	61,58	62,88	60,06	51,73	85,03	75,83
Guadalupe	55,21	54,70	40,04	32,83	65,08	57,70
Jerumenha	57,75	59,85	50,89	45,55	77,51	70,85
Landri Sales	57,23	62,22	48,10	45,69	75,50	66,76
Marcos Parente	59,56	51,70	57,36	37,07	83,01	65,25
Porto Alegre do Piauí	68,50	61,70	73,93	55,07	91,94	77,67
Ribeiro Gonçalves	59,14	53,49	56,82	34,97	82,45	60,47
Sebastião Leal	72,44	58,38	78,75	51,44	93,54	76,42
Uruçuí	58,70	52,31	56,33	37,41	81,02	64,88
Média do Aglomerado	62,13	58,29	60,20	45,02	83,18	69,76

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Este quadro demonstrou a grave situação de pobreza que domina aquela região quando observamos que 64,88% da população tem uma renda *per capita* abaixo de R\$ 75,50, esse dado concomitante com o estudo do índice de Gini informa que a situação de pobreza da região é realmente alarmante.

5.8 Receitas Orçamentárias

Quadro 19. Valores, em reais, referentes à origem da receita orçamentária dos municípios componentes do Aglomerado 22.

Municípios	FPM	IPTU	ITR	ISS	FUNDEF	Receita Total
Antônio Almeida	1.567.010	2.154	11.435	24.429	0	2.489.306
Baixa Grande do Ribeiro	*	*	*	*	*	*
Bertolândia	1.922.607	3.163	11.383	13.289	54.625	3.161.939
Canavieira	1.567.010	0	5.087	19.084	339.172	2.401.020
Guadalupe	*	*	*	*	*	*
Jerumenha	1.922.731	6.660	5.002	1.022	0	2.336.686
Landri Sales	1.567.010	4.884	6.578	39.754	0	2.584.231
Marcos Parente	1.567.010	9.231	1.864	18.858	58.740	2.024.717
Porto Alegre do Piauí	*	*	*	*	*	*

Quadro 19, continuação.

Municípios	FPM	IPTU	ITR	ISS	FUNDEF	Receita Total
Ribeiro Gonçalves	1.730.527	894	55.476	7.451	694.569	3.515.646
Sebastião Leal	1.567.010	0	6.687	17.025	307.778	2.786.399
Uruçuí	3.133.408	27.137	85.787	0	0	5.885.431
Total	16.544.320	54.123	189.299	140.913	1.454.884	27.185.376

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, 2002, segundo IBGE, 2002. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidades>.

* Não informado

O Quadro 19 demonstra a situação das finanças públicas do aglomerado, tendo como fonte de informações os registros administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional (Stn) vinculada ao Ministério da Fazenda, e disponibilizados no sitio do Ibge. Buscou-se quantificar a participação das principais fontes da receita orçamentária das prefeituras municipais em relação à receita total dos municípios. Os principais fundos e impostos que contribuíram com a formação da receita total do aglomerado foram: Fundo de Participação do Município (FPM), Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial (Iptu) e Imposto Territorial Rural (ITR).

O Município de Uruçuí recebeu de FPM, Iptu e ITR, o dobro da maioria dos municípios do aglomerado, mas ao considerar a receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e Imposto Sobre Serviços (ISS), o Município de Uruçuí não recebeu nada, o que não ocorreu nos outros municípios do aglomerado.

5.9 Atividades Produtivas

O Território Tabuleiros do Alto Parnaíba, onde se encontra inserido o município de Uruçuí/PI, atualmente é caracterizado como pólo produtor de grãos, principalmente soja, com aumento significativo do volume de negócios crescente a cada ano com tendência à expansão.

Pelo estudo as atividades produtivas de agricultura mecanizada, irrigada e agropecuária, tiveram um acréscimo de 111.902ha (33%), 428 ha (19,1%) e 18.297ha (12,2%), respectivamente, considerando o ano de 2003 em relação ao ano de 2001. Por outro lado as áreas de caatinga, cerrado e mata ciliar, tiveram uma redução de 2304 ha (1,4%), 121.221ha (2,2%) e 8.420ha (2,8%), respectivamente.

O estudo aponta ainda que, pelo uso de tecnologias avançadas no processo produtivo, objetivando maior produção e produtividade, o agronegócio vem promovendo um dinamismo na economia da região, especialmente nos municípios pólos de Uruçuí e Balsas, gerando um incremento no comércio local e uma supervalorização dos produtos e bens de serviços.

Essa realidade tem gerado situações desconfortáveis para grande parte da população local. As cidades-pólo aumentam sua periferia com migrantes da zona rural, na perspectiva de emprego, onde por sua vez a oferta desse emprego não consegue acompanhar a taxa de crescimento das cidades-pólo.

Entretanto, apesar do agronegócio gerar divisas para o país e dinamismo regional, tem também gerado graves problemas sociais, frutos do modelo baseado no latifúndio, na monocultura e na concentração de renda. Nesses termos, a região necessita de uma estrutura agroindustrial para agregação de valor ao produto, gerando oportunidades de emprego, arrecadação tributária e distribuição de renda (em fase de elaboração)¹⁰.

5.9.1 Agricultura

O território desenvolve tanto a agricultura de subsistência quanto a empresarial ou agronegócio. A de subsistência caracteriza-se pelo uso de tecnologia rudimentar, baixa assistência técnica, prática de queimadas, baixa produção e baixa produtividade. Já no agronegócio, verifica-se a utilização de tecnologia moderna, mecanização, adubação, correção de solo, pesticidas, sementes selecionadas, rotação de culturas e sistema de irrigação, visando maior produção e produtividade.

Dentre as lavouras permanentes no aglomerado, merecem destaque as de castanha de caju, banana e laranja (Quadro 20), entretanto, não sendo sua principal fonte econômica, o município em análise teve uma produção de 31 t de castanha de caju e 200 t de banana em 2002.

¹⁰ Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba, Planap, 2005.

Quadro 20. Área plantada e produção das principais culturas permanentes nos municípios do Aglomerado 22.

Municípios	Castanha de Caju		Banana		Laranja	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Antônio Almeida	55	11	50	407	6	96
Baixa Grande do Ribeiro	2.000	200	3	60	22	198
Bertolândia	-	-	2	20	4	36
Canavieira	3	1	3	40	-	-
Guadalupe	30	15	25	313	5	45
Jerumenha	500	125	1	10	-	-
Landri Sales	480	144	31	384	21	272
Marcos Parente	100	25	9	88	4	44
Porto Alegre do Piauí	2.260	664	6	60	-	-
Ribeiro Gonçalves	50	10	20	297	15	135
Sebastião Leal	90	13	7	70	15	135
Uruçuí	170	31	20	200	-	-
Total	5.738	1.239	177	1.949	92	961

Fonte: IBGE/Cidades/Lavoura Permanente-2002.

As principais lavouras temporárias do aglomerado, de acordo com a área total colhida, são as de soja, arroz, milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar (Quadro 21).

Das atividades agrícolas a soja, produzida em escala comercial, ocupa uma área de 63.423ha com uma produção de 69.626t, sendo o Município de Uruçuí, o maior produtor do aglomerado, respondendo por 49,53% da área plantada.

O arroz é a segunda atividade no aglomerado, destacando-se também no município em estudo, sendo responsável por 45% da área plantada.

A terceira maior área plantada do aglomerado é a da cultura do milho, onde o município de Uruçuí apresenta-se em segundo lugar em área plantada e produção.

Quadro 21. Área plantada e produção das principais culturas temporárias nos municípios do Aglomerado 22.

Municípios	soja		Arroz		Milho		feijão		mandioca		cana-de-açúcar	
	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)
Antônio Almeida	1.320	1.070	1.159	247	220	44	150	68	30	330		
Baixa Grande do Ribeiro	11.035	12.715	6.118	4.345	1.949	5.811	550	355	80	960	5	275
Bertolinia	*	*	920	221	500	80	310	46	50	600	*	*
Canavieira	*	*	580	70	1.400	168	232	45	40	480	*	*
Guadalupe	150	450	1.000	383	250	25	370	285	60	600	*	*
Jerumenha	*	*	90	13	284	366	255	313	50	450	3	135
Landri Sales	*	*	950	450	250	75	160	55	65	780	6	180
Marcos Parente	*	*	395	24	400	19	150	40	70	560	1	40
Porto Alegre do PI	*	*	340	35	214	24	120	32	16	128	*	*
Ribeiro Gonçalves	12.862	23.354	6.262	6.087	2.690	12.297	706	459	70	1.050	30	1.650
Sebastião Leal	6.640	5.622	1.623	684	180	54	319	123	119	1.428	1	45
Uruçuí	31.416	26.415	15.967	3.194	2.484	6.054	*	*	130	1.560	6	300
Total	63.423	69.626	35.404	15.753	10.821	25.017	63.423	69.626	35.404	15.753	52	2.625

Fonte: IBGE/Cidades/Lavoura Temporária-2002.

Quadro 22. Produção de soja em toneladas nos municípios da Bacia do rio Parnaíba, municípios do Piauí, nos anos de 1985, 1995 e 2003.

Municípios do Piauí	Anos		
	1985	1995	2003
Alvorada do Gurgueia			5.821
Antônio Almeida			6.434
Baixa Grande do Ribeiro		10.260	35.316
Barreiras do Piauí		180	
Bertolinia		1.200	
Bom Jesus			49.770
Corrente			288
Currais			4.581
Eliseu Martins	2		
Flores do Piauí	2		
Gilbués		22	9.453
Guadalupe		15	105
Miguel Leão			19
Monte Alegre do Piauí		450	919
Palmeira do Piauí			4.740
Piripiri	3		
Ribeiro Gonçalves	864		47.558
Santa Filomena		534	13.826
São Pedro do Piauí	4		
Sebastião Leal			20.958
Uruçuí	72	7.988	104.599
SOMA	947	20.649	304.387

Fonte: IBGE - Pesquisa Agropecuária Municipal (PAM). Dados estimados.

O Quadro 22 apresenta o ranking dos municípios do estado do Piauí referente a produção de soja, considerando dados da Pesquisa Agropecuária Municipal (PAM) – IBGE, comparando os anos de 1985, 1995 e 2003.

De acordo com a pesquisa, dos 3 principais produtores de soja no Estado, o município de Uruçuí apresenta uma produção de 104.599t, seguido de Bom Jesus com 49.770t e, Ribeiro Gonçalves com 47.558t, no ano de 2003.

Quadro 23. Evolução das culturas de arroz, milho e soja no município de Uruçuí.

Ano	Quantidade produzida (Tonelada)		
	Lavoura temporária		
	Arroz (em casca)	Milho (em grão)	Soja (em grão)
1991	19.000	2.520	-
1992	12.050	1.300	300
1993	33.680	2.260	1.311
1994	25.150	2.102	6.588
1995	21.424	3.496	7.988
1996	10.795	260	13.685
1997	4.950	134	14.688
1998	2.404	2.069	15.975
1999	14.720	4.576	28.749
2000	23.664	8.073	32.386
2001	22.337	9.924	39.387
2002	3.194	6.054	26.415
2003	20.696	401	104.599
2004	15.435	1.833	122.463

Fonte: IBGE - Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) 1991-2004.

Com o desenvolvimento da agricultura mecanizada no município de Uruçuí, bem como a introdução de novas tecnologias de produção como: insumos, fertilizantes, sementes melhoradas, defensivos e maquinários, elevaram a produção e a produtividade das terras, tornando esse município grande produtor de grãos do estado do Piauí, especialmente no que se refere à soja.

Pelos dados da Quadro 23, visualiza-se o crescimento da produção e da área plantada das culturas que melhor tipificam o dinamismo da região, ou seja, o arroz, o milho e a soja.

Segundo a PAM, o início da produção de soja na Bacia data da segunda metade da década de 1970, nos municípios de Riachão e Fortaleza dos Nogueiras, no Maranhão, ainda hoje importantes produtores de soja. Com sua expansão para o leste da bacia, na década de 1980, a soja atinge o município de Uruçuí, sendo hoje, o maior produtor do estado do Piauí e o terceiro maior da Bacia (Figueiredo, 2005).

5.9.2 Pecuária

Dos territórios da bacia do Parnaíba, o de Tabuleiros do Alto Parnaíba, ao qual faz parte o Aglomerado 22, caracteriza-se como o de maior rebanho bovino da Bacia (em fase de elaboração)¹¹.

Os rebanhos suíno, avícola e ovinocaprino, representam 35,9%, 35,16% e 41,96%, respectivamente, do total de animais do território; e 1,09%, 1,89% e 0,99% respectivamente, em relação ao total de animais da Bacia, destacando-se o município de Uruçuí, como em primeiro lugar no aglomerado na produção de suíno e de aves (galinhas e frangos), e em segundo lugar na produção de bovinos.

O sistema de criação predominante é o extensivo para todo o criatório (ovinos, bovinos, caprinos, suínos e aves), caracterizando-se pelo baixo uso de tecnologia e assistência técnica, tendo como consequência baixa produtividade e rendimento dos rebanhos. Entretanto, verifica-se um melhoramento no rebanho, devido a introdução de novas raças.

Quadro 24. Efetivo de rebanhos bovino, suíno, avícola e ovinocaprino do aglomerado 22.

Municípios	Bovinos	Suínos	Galinhas /Frangos	Ovinocaprinos
Antônio Almeida	2.833	898	6.832	2.002
Baixa Grande do Ribeiro	13.278	1.426	32.999	393
Bertolândia	15.786	807	10.997	3.725
Canavieira	9.345	1.976	14.212	5.772
Guadalupe	5.498	1.772	9.292	2.231
Jerumenha	8.936	1.468	5.783	5.822
Landri Sales	8.146	2.100	19.302	4.840
Marcos Parente	5.029	2.189	5.330	4.216
Porto Alegre do Piauí	5.999	1.855	7.272	3.325
Ribeiro Gonçalves	10.832	1.425	78.423	216
Sebastião Leal	12.135	858	18.391	859
Uruçuí	14.409	3.463	35.692	1.144
Total	112.226	20.237	244.525	34.545
Total Território	430.997	56.364	695.444	82.332
Total Bacia do Parnaíba	2.628.129	1.855.774	12.878.309	3.495.887

Fonte: IBGE/Pecuária- 2002.

¹¹ Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba, Planap, 2005.

5.9.3 Extrativismo Vegetal

O Quadro 25 apresenta os valores correspondentes à quantidade e total de divisas geradas a partir de alguns produtos de origem vegetal, cujo sistema de produção fundamenta-se em uma exploração basicamente extrativista. Entre eles, incluem-se a carnaúba, o coco babaçu e outros produtos agrupados, mas que apresentam distintas formas de aproveitamento, como aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes.

O município estudado destaca-se no aglomerado como sendo o primeiro na exploração da amêndoa do babaçu.

Quadro 25. Produção da atividade extrativista da carnaúba, coco babaçu e outros produtos de origem vegetal, agrupados em aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes no Aglomerado 22.

Municípios	Cera de carnaúba (pó)		Babaçu (amêndoa)		Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes	
	Qtde. (t)	Valor da produção (mil reais)	Qtde. (t)	Valor da produção (mil reais)	Qtde. (t)	Valor da produção (mil reais)
Antônio Almeida	-	-	1	1	11	5
Baixa Grande do Ribeiro	-	-	-	-	44	27
Bertolândia	-	-	2	1	100	50
Canavieira	-	-	1	1	-	-
Guadalupe	21	32	-	-	57	31
Jerumenha	72	108	2	1	145	80
Landri Sales	-	-	2	1	15	7
Marcos Parente	-	-	1	1	64	32
Porto Alegre do Piauí	-	-	-	-	24	12
Ribeiro Gonçalves	-	-	-	-	65	39
Sebastião Leal	-	-	3	2	21	13
Uruçuí	-	-	8	5	55	33
Total	93	140	20	13	601	329

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e Silvicultura, 2002.

5.10 Agroindústria

No território encontram-se desde pequenas agroindústrias representadas por beneficiadoras de arroz, casas de farinha, olarias, engenhos familiares, fabricação artesanal de doces (buriti), óleo vegetal (buriti, pequi e coco babaçu) e sabão (pequi e buriti), até indústria processadora de soja como a Bunge Alimentos, instalada no município de Uruçuí, e indústria de secagem, beneficiamento e empacotamento de arroz, em Bertolândia.

Com efeito, as pequenas agroindústrias encontram-se bastante fragilizadas, devido, sobretudo ao baixo incentivo às atividades não agrícolas e a diminuição de áreas pela introdução da agricultura empresarial. Soma-se ainda ao fator excludente, o fato de as agroindústrias de grande porte, no geral, absorverem pouca mão-de-obra local (em elaboração)¹².

5.11 Estrutura Fundiária

O quadro 26 apresenta a estrutura fundiária do aglomerado, onde se observa que as propriedades rurais do Município de Uruçuí são ocupadas em sua maioria por proprietários da terra, diferentemente da situação do aglomerado.

Quadro 26. Número de estabelecimentos agrícolas, por condição do produtor, segundo os municípios do Aglomerado 22 (1995 -1996).

Município	Nº de Estabelecimentos				
	Total	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Antônio Almeida	235	191	1	10	33
Baixa Grande do Ribeiro	860	520	3	10	327
Bertolândia	945	426	119	78	322
Canavieira	477	278	141	-	58
Guadalupe	240	106	1	-	133
Jerumenha	169	139	5	-	25
Landri Sales	423	183	13	155	72
Marcos Parente	474	169	176	30	99
Porto Alegre do Piauí *	-	-	-	-	-
Ribeiro Gonçalves	397	265	16	2	114
Sebastião Leal *	-	-	-	-	-
Uruçuí	866	477	23	1	365
Total	5.086	2.754	498	286	1.548

Fonte: IBGE-estatística/economia/agropecuária/censo/1995

* Municípios que, na época da produção dos dados, ainda não haviam sido emancipados.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foram registrados no ano de 2004 três assentamentos no município de Uruçuí, representando 365 famílias.

¹² Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba, Planap, 2005.

5.12 Organizações da sociedade civil

No Aglomerado 22 existem 113 associações cadastradas no Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), das quais apenas 26 encontram-se em atividade. Em referência ao município de Uruçuí, das 19 associações cadastradas, 6 estão em atividades, tendo como dado o ano de 2004, sendo elas: as Associações de Pequenos Produtores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais, Conselhos Municipais (Educação, Saúde, Desenvolvimento Rural Sustentável, Fundo Municipal de Apoio Comunitário – FUMAC), partidos políticos e igrejas.¹³

Quadro 27. Organizações existentes nos municípios do Aglomerado 22.

Municípios	Nº de Associações cadastradas no PCPR	Associações em atividade	Conselho FUMAC	Cooperativas Agropecuárias Registradas na OCEPI
Antônio Almeida	8	1	sim	-
Baixa Grande do Ribeiro	9	3	sim	-
Bertolândia	22	2	não	-
Canavieira	1	1	sim	-
Guadalupe	-	-	-	-
Jerumenha	3	1	sim	-
Landri Sales	34	4	sim	-
Marcos Parente	3	2	sim	-
Porto Alegre do Piauí	1	1	sim	-
Ribeiro Gonçalves	4	2	sim	-
Sebastião Leal	9	3	sim	-
Uruçuí	19	6	sim	-
Total	113	26		

Fonte: Secretaria de Planejamento do Piauí – PCPR, 2004.

De acordo com a Organização das Cooperativas do Piauí – OCEPI, em 2004, não há registro de nenhuma cooperativa agropecuária no Aglomerado.¹⁴

Ao analisar o Território onde fica englobado o Aglomerado 22, as associações quase sempre não funcionam de forma adequada. Foram criadas, em sua maioria, com base em um interesse imediato (obtenção de projetos produtivos e social). A maioria delas não tem uma verdadeira atividade associativa: não existem discussões sistemáticas sobre estas

¹³ Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba, Planap, 2005.

¹⁴ Idem.

organizações, os membros não se reúnem regularmente, não há planejamento coletivo das atividades e muitos desconhecem o próprio estatuto da organização.¹⁵

Segundo o Planap, o baixo nível de organização dos agricultores abre espaço para atuação dos atravessadores, uma vez que a comercialização dos produtos é feita de forma individual. E ainda afirma que, por sua vez, as cooperativas apresentam deficiências na organização, gestão e infra-estrutura de funcionamento (transporte e equipamentos).¹⁶

Em relação aos sindicatos de trabalhadores rurais, a atuação dessas entidades tem sido frágil, sendo que as ações têm se restringido aos encaminhamentos dos benefícios previdenciários e as cartas de adesão para obtenção de crédito rural. A mesma análise pode ser estendida às Colônias de Pescadores.¹⁷

No tocante aos conselhos municipais, os atores locais apontam a fragilidade na atuação desses conselhos devido principalmente à falta de compromisso dos membros e interferência política na sua composição. A população sofre ainda com a desinformação e a fragilidade do controle social.¹⁸

No nível territorial mais amplo, as famílias, em sua participação na vida da comunidade e do município ligam-se, principalmente, a entidades nos campos da atividade produtiva e religiosa, como associação comunitária de produtores, sindicato dos trabalhadores rurais, associação de igrejas e cooperativas. No âmbito de participação geral, para questões mais ampliadas, há representantes em conselhos municipais, partidos políticos e associações de pais e mestres (Moraes, 2004).

5.13. Ocupação Produtiva e estabelecimento da Bunge no município de Uruçuí

O município de Uruçuí desponta pelo crescimento da agricultura mecanizada de monoculturas.

Para verificar se o crescimento agrícola do município de Uruçuí se traduziu em desenvolvimento territorial há necessidade de se entender alguns aspectos importantes da ocupação produtiva no município, com base na tese “Ocupação do Cerrado Piauiense: Estratégia Empresarial e Especulação Fundiária” (Monteiro, 2002).

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba, Planap, 2005.

¹⁸ Idem.

Afirma-se que a década de 90 é caracterizada pela ausência de formulação de programas com vistas ao desenvolvimento do Nordeste ou de setores/subsetores específicos da região, pois a crise fiscal, a abertura comercial e a estabilidade econômica são foco de atenção do Governo Federal.

Entretanto, apesar do descaso com formulação de políticas agropecuárias de cunho regional, o Governo Federal formula políticas objetivando a ocupação, por meio de atividades econômicas, de áreas interioranas, por meio de programas como o FINOR-Agropecuário, o Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), o Fiset, o POLOCENTRO, o PROCEDER, entre outros.

Além disso, a Embrapa desenvolve tecnologia comercial para atividades agrícolas nos cerrados, em razão de as áreas de cerrado serem vocacionadas para uma agricultura de alto conteúdo tecnológico, embasada na mecanização e variedades especialmente adaptadas.

Ressalta-se que a crise econômica da década de 90 faz o governo apoiar o aumento da renda do setor empresarial, além das fronteiras dos grandes centros de dinamismo econômico, mediante o incentivo às exportações. Dessa forma, as extensas áreas tornam-se convidativas aos altos investimentos, atraindo empreendedores agropecuários do sul e sudeste brasileiro, que migram em busca de maiores áreas para cultivos de grãos, com base na grande propriedade, com ganhos de escala, e na necessidade de conhecimento tecnológico que alavanca a produtividade regional.

E a ocupação da fronteira agrícola dos cerrados por esses migrantes é desenvolvida por um processo de produção com alto nível de investimento e uso de insumos, centrado na produção de commodities, especialmente soja, para o mercado nacional e internacional.

Nesse contexto, há implantação do Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí/Gurguéia, institucionalizado pelo Governo Federal, com o objetivo de incentivar a ocupação produtiva da região do cerrado piauiense.

Enfatiza-se que os instrumentos estatais de incentivo à modernização da agropecuária visam aumentar a produtividade e expandir a fronteira agrícola. Logo, a atuação é no sentido de viabilizar o empreendimento em moldes empresariais quanto à capitalização, no entanto, há valorização especulativa das terras, diante das facilidades creditícias propiciadas pelas políticas estatais.

Até o ano de 1992 o risco da inflação, aliado à elevada liquidez e incerteza, favorecem a aquisição de terras no município de Uruçuí. No entanto, no período de 1993 até 1997, os negócios de terras ficam congelados e só voltam a crescer com o advento do Polo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí/Gurguéia, a partir de 1998.

Destaca-se que uma das principais razões para a escolha de Uruçuí visando à exploração produtiva inicialmente é o baixo preço da terra, seguido da vocação e qualidade da terra para a produção de grãos e das condições de localização favoráveis quanto ao destino das exportações de grãos, devido às vantagens oferecidas pela proximidade da demanda do mercado interno a região Nordeste como um todo.

Os migrantes chegaram em Uruçuí a partir de 1998 e adquirem terras de particulares e de antigos proprietários de projetos financiados pela FINOR-Agropecuário, caracterizando a ocupação produtiva nos moldes empresariais modernos.

É importante ressaltar que a produção de soja no município inicia-se somente no ano de 1992, no entanto há um crescente processo de incorporação de novas áreas de Uruçuí e, por conseguinte, um aumento crescente na quantidade produzida.

Com base em matéria publicada no Portal do Piauí na internet, esse crescimento acelerado de fato só ocorreu após a instalação do parque industrial da Bunge, cuja atuação dinâmica sobre a classe produtora propiciou o aumento da área produtiva e atraiu investidores de diversos lugares e setores que se instalaram no município e na região, gerando empregos e rendas e formando um novo cenário sócio-econômico.

Destacam-se os benefícios trazidos com o advento dessa empresa: a expansão significativa da área de produção, por meio do financiamento de investimentos e dos custeios agrícolas para agricultores que se encontravam totalmente inviabilizados de contrair créditos bancários; empregos diretos e empregos indiretos gerados por empresas afins; geração de ICMS mensal em função da demanda de transporte de fertilizantes, produção, óleo e farelo de soja; geração de ICMS agrícola para o Estado por meio das produções de soja que são comercializadas.

Em matéria publicada na Folha de São Paulo (Folha de São Paulo, Folha Dinheiro, 2004, p. B8 e B9) há afirmação de que a população da região não teve possibilidade de acompanhar o crescimento do aumento de renda por não ter acesso à educação. Preparo educacional este que serviria para que a população local tivesse condições de acompanhar as novas técnicas de produção introduzidas pela agricultura mecanizada introduzida na região.

Sendo assim, como a população não estava preparada para se adequar as novas técnicas foi excluída deste novo mercado de trabalho, ficando apenas com a pequena parcela de emprego que traz aumento na distribuição de renda.

Salienta-se que há cerca de quatro anos o único movimento era o de bicicletas e carroças puxadas por jegues em ruas de terra, porém hoje há oito lojas de material de construção, 13 farmácias, quatro hotéis, cinco armazéns, duas revendedoras de motos e uma quantidade razoável de carros e caminhões circulando por ruas asfaltadas movimentam a cidade. Morar lá custa caro. Uma casa em um terreno de 300 m² no centro pode custar R\$ 60 mil. Em 99, bastavam R\$ 5.000, em média.

Fala-se que a explicação para a transformação em curso aparece quando se rodam mais alguns quilômetros, onde ficam as fazendas que, juntas, cultivam 180 mil hectares de soja na região. Área que deve aumentar, pois produtores chegam ao local todos os dias. O mesmo impulso que muda a cara de outros municípios ligados ao agronegócio e que em Uruçuí ganhou ímpeto extra por causa da Bunge, que se instalou na cidade em 2003.

A multinacional, com capacidade para esmagar 658 mil toneladas do grão por ano até 2007, o número aumentará para 1,3 milhão, emprega hoje 141 pessoas.

A maioria das vagas aparece indiretamente, no aquecido comércio local, onde há espaço para se estabelecerem de lojas de trator a uma franquía do Boticário.

Em 2000 foram abertas sete empresas em Uruçuí, segundo dados da Junta Comercial do Piauí. Nos anos seguintes, a quantidade disparou: em 2001, 103; em 2002, 141; em 2003, 185 empresas, a maior parte em comércios e serviços.

O objetivo é atender à crescente demanda dos "gaúchos" como são chamados na cidade os migrantes de qualquer Estado que chegam à cidade e dos filhos pródigos de Uruçuí, nativos que há anos deixaram o município à procura de trabalho ou educação e que retornam agora.

É um ciclo que, em uma cidade pequena, localizada em uma região que ainda está sendo desbravada, é possível acompanhar de perto. Quem chega, além de algumas vezes gerar empregos diretamente, precisar construir, consumir ou reformar.

Os moradores vêem a possibilidade de abrir uma pequena loja, prestar serviços, ganhar mais com um negócio já estabelecido ou trabalhar para comerciantes e prestadores de serviço, além de consumirem mais pelo acesso a produtos diferenciados.

O armazém Paraíba, por exemplo, uma espécie de Casas Bahia da região Nordeste, chegou há cerca de 25 anos na cidade. Vendia eletrodomésticos e móveis da linha popular. Hoje, há demanda por geladeiras dúples e por aparelhos de som de R\$ 3.300.

O crescimento ainda é incipiente, mas aposta-se no futuro da região, novíssima fronteira agrícola: são extensas áreas planas que reduzem custos na hora do plantio e colheita mecanizada e preços de terra mais baixos, apesar da recente valorização.

A Bunge, por exemplo, se instalou na cidade com foco no consumo do mercado nordestino, para onde pretende fornecer farelo e óleo de soja em larga escala, além de atrair a proximidade do porto de São Luís - MA, que permite escoar a produção para a Europa.

Por outro lado, há muitos moradores na cidade que estão desempregados e sofrem com os preços inflacionados pelo desenvolvimento da região e pela falta de infraestrutura para atender à população crescente.

Além disso, a Bunge, que foi beneficiada com isenção de ICMS por 15 anos no Estado, está em litígio com ambientalistas e com o Ministério Público, que a acusam de devastar árvores na região para fazer funcionar suas caldeiras.

6. Conclusões

O principal objetivo deste estudo foi analisar os efeitos do crescimento agrícola na região de Uruçuí - PI, considerando-se que o município se apresenta como o maior produtor de soja do Estado, polarizando investimentos em diversas atividades econômicas, como na agrícola, pelo cultivo de milho, arroz, bem como no comércio varejista e de serviços, atraindo diferentes estratos de consumidores, revelando aspectos econômicos favoráveis.

Buscou-se avaliar esse crescimento sob a ótica do desenvolvimento territorial, no que se refere à inclusão social da população local e distribuição de renda. Procurou-se ainda, avaliar se o crescimento da agricultura mecanizada foi capaz de estabelecer relações organizadas entre os atores, comerciais e não comerciais, que favoreçam não só a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados, mas também pela existência de bens públicos e administrações capazes de dinamizar a vida regional, com a criação de uma rede territorial de desenvolvimento.

Decorrente da interpretação e análise dos dados obtidos, levantamento e análise da bibliografia relacionada com o tema e a área objeto da pesquisa, por meio de consultas a dados secundários de instituições, como IBGE e sites da internet, notou-se que o crescimento ainda é incipiente e que o agronegócio vem promovendo crescimento econômico para o município. O PIB (Produto Interno Bruto) passou de R\$ 31 milhões, em 2000, para R\$ 49 milhões em 2003.

O desenvolvimento da agricultura mecanizada no município se deu com a chegada de produtores rurais de outros estados, possuidores de experiência na atividade agrícola e visão empresarial de produção. A região foi escolhida por estes empresários, pela vocação e qualidade da terra para a produção de grãos, pelas condições de localização favoráveis quanto ao destino das exportações, próximo ao Porto de Itaqui em São Luís/MA, devido às vantagens oferecidas pela proximidade da demanda do mercado interno – a região Nordeste como um todo e pelos baixos preços de terras que, em conjunto, foram fatores determinantes para atividades de agricultura mecanizada.

Observou-se que esses empresários buscavam maiores áreas para cultivos de grãos, com base na grande propriedade, com ganhos de escala, e na necessidade de conhecimento tecnológico que alavanca a produtividade regional.

Logo, percebeu-se que a implantação de empreendimentos na atividade agrícola do município promoveu alterações no seu processo produtivo, transformando-o em grande produtor de grãos para o mercado interno e, principalmente, externo. Além disso, o avanço tecnológico e a modernização da agricultura possibilitaram um acréscimo qualitativo e quantitativo na produção de grãos no município de Uruçuí. O crescimento da produção e da produtividade trouxeram consigo efeitos sociais e ambientais de tal processo.

A modernização das atividades agrícolas no cultivo da soja, como a introdução de novas tecnologias de produção como: insumos, fertilizantes, sementes melhoradas, defensivos e maquinários elevaram a produção e a produtividade das terras, provocaram a redução do número de empregos no campo, tendo em vista que se passou a exigir trabalhadores especializados no manuseio dos equipamentos pesados, acarretando num número reduzido de trabalhadores permanentes.

Assim, observou-se que grande parte da população não pôde acompanhar as novas técnicas de produção introduzidas pela agricultura mecanizada na região, inferindo-se que um dos fatores impeditivos para a distribuição de renda está diretamente relacionado à dificuldade no acesso à educação.

Embora tenha havido redução nos índices de analfabetismo, no período de 1991 a 2000, aumento na oferta de cursos universitários, aumento da frequência nos ensinos básico, médio e superior, o setor educacional ainda encontra-se comprometido quanto à qualidade de ensino, infra-estrutura básica das escolas, e, principalmente, pela falta de cursos profissionalizantes voltados para o setor primário.

Da mesma forma, quanto à melhoria da qualidade de vida e aos níveis de bem-estar da população local não é possível fazer afirmações precisas, isso porque embora tenha havido crescimento da renda não houve a sua distribuição, pois a renda aumentada concentrou-se junto aos grandes produtores de soja, que vieram de outras partes do Brasil em busca de terras mais baratas.

Prova disso é que o aumento da renda per capita média do município de Uruçuí foi inferior ao aumento da média do aglomerado de municípios. Da mesma forma, constatou-se o elevado percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50 em 2000.

Além disso, verificou-se que ainda há precariedade no atendimento da população na área da saúde, com recursos humanos, leitos e medicamentos insuficientes, unidades e postos de saúde sem equipamentos e má qualidade do atendimento, comprovando-se que a estrutura de saúde é precária e ineficiente.

O Índice de Desenvolvimento Humano no período de análise apresentou crescimento em função da longevidade, da renda e da educação, dimensão que mais contribuiu para esse crescimento.

Em relação ao Índice de Gini, que determina a distribuição de renda, percebeu-se um aumento no aglomerado (piora na distribuição de renda), enquanto no município de Uruçuí houve redução, revelando uma pequena melhora quanto à concentração de renda.

É importante ressaltar que o crescimento acelerado de fato só ocorreu após a instalação do parque industrial da Bunge, cuja atuação dinâmica sobre a classe produtora propiciou o aumento da área produtiva e atraiu investidores de diversos lugares e setores.

Destacaram-se os benefícios trazidos com o advento da agroindústria: a expansão significativa da área de produção, por meio do financiamento de investimentos e dos custeios agrícolas para agricultores que se encontravam totalmente inviabilizados de contrair créditos bancários; geração de empregos diretos e indiretos gerados por empresas afins; geração de ICMS mensal em função da demanda de transporte de fertilizantes, produção, óleo e farelo de soja; geração de ICMS agrícola para o Estado por meio das produções de soja que são comercializadas.

A monocultura da soja necessita de propriedades com um 'tamanho ótimo' para se instalar, em torno de 500 ha (WWF, 2000). Com isso a concentração de terras e de renda tende a se ampliar nas mãos dos grandes produtores, implicando num processo de exclusão de pequenos produtores, com o avanço da modernização.

O desenvolvimento da agricultura da soja no município inflacionou os preços dos produtos e serviços em Uruçuí, impulsionado pela crescente demanda dos "gauchos", como são chamados os imigrantes de qualquer estado que chegam à cidade. Tal situação reflete diretamente na vida dos moradores da cidade que estão desempregados e sofrem com a alta dos preços, inflacionados pelo desenvolvimento da região e pela falta de infra-estrutura para atender à população crescente.

Pela análise do trabalho e dos dados, levando em consideração as limitações, verificou-se que o processo encontra-se na fase inicial com a existência de indicadores favoráveis, que associados à políticas públicas voltadas à inclusão social dos atores locais e a mobilização da sociedade civil, poderão promover de fato o desenvolvimento territorial.

7. Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo et. al. Desafios para o Desenvolvimento das Regiões Rurais. Artigo apresentado no XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER) - 27 a 30 de julho de 2003 - Juiz de Fora - MG

_____. Agricultura Familiar e Sucessão Profissional: Novos Desafios. Artigo apresentado no XXXIX Congresso da Sober - Sociedade Brasileira de Economia Rural (SOBER) - 05 a 08 de agosto de 2001 - Recife - PE

ANDRÉ, M.E.D.A (1995) – O estudo de caso etnográfico. In: _____ Etnografia da Prática escolar. 5ª ed., Editora Papirus, São Paulo.

CODEVASF. Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba - Planap: Análise Multitemporal de Uso do Terra Macrorregião de Desenvolvimento do Cerrado – Anos 2001/2003, Brasília, 2005.

_____. Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba - Planap: Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba, Teresina - PI, 2005.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Confiança, Capital Social e Desenvolvimento Territorial. R.RA'EGA, Curitiba, n. 4, p. 49-60. 2000. Editora da UFPR.

EID, F. Memorial. 2005. 81p. Curso de Especialização em Gestão Pública – Companhia de Desenvolvimento do dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, Brasília, Distrito Federal.

FAVERO, Celso Antônio et. Al. O Desenvolvimento Territorial Rural e a Universidade. Revista Informe Geopecc, v. 08, n.º 2, jul/dez. 2004

FIGUEIREDO, A. H. et al. Relatório do Macrozoneamento Ecológico-econômico da Bacia do Rio Parnaíba: Um foco nos cerrados do sul do Piauí e Maranhão.

BRESSAN, F. O Método do Estudo de Caso. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm> Acesso em 10 out. 2005.

FRANCO, A. Capital Social e Desenvolvimento Local. In: Capital Social. Disponível em: <http://www.capitalsocial.org.br/v2/artigos/conteudo.php?id=638_137_0_M.> Acesso em 10 out. 2005.

GUIMARÃES, Marcelo Duncan A. Referências para um Programa - Desenvolvimento Territorial Sustentável - junho 2003.

MONTEIRO, M. S. L. Ocupação do Cerrado Piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária. 2002. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Brasil.

NETO, T. N. A Evolução das Crenças e Atitudes de uma Professora De Inglês em Relação à Motivação de seus Alunos. Disponível em <<http://www.lettras.ufmg.br/arado/relatorio5.htm>>. Acesso em 10 out. 2005.

PAVARINA, P. R. de J. P. Desenvolvimento, crescimento econômico e capital social do Estado de São Paulo. 2004. cap. 2. Tese de Doutorado – Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT - Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário: Articulando Políticas Públicas e Demandas Sociais. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/index.php?sccid=129>>. Acesso em 30 set. 2005.

SHNEIDER, Sérgio. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, n.º 11, jan/jul 2004, p. 88-125.

VEIGA, José Eli da - Cidades Imaginárias – O Brasil é menos urbano do que se calcula – Editora Autores Associados – 2002 – São Paulo-SP.

_____, José Eli da - A Face Territorial do Desenvolvimento - Anais do 27º Encontro Nacional de Economia, Belém, 8-10 de dezembro de 1999, pp. 1301-1318

_____, José Eli da – Nem tudo é urbano – Ciência e Cultura, ano 56, n.2, abr.-jun.2004, pp. 26-29.

WWF Brasil. Expansão agrícola e perda da biodiversidade do cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional. Brasília: WWF Brasil, nov. de 2000. (Série Técnica, VII).